COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada // Capital Esc. 9.000.000$00 (ouro) // Direito exclusivo de pesquizas e extracção de diamantes na Província de Angola por concessão do respectivo Govêrno.

SÉDE SOCIAL: LISBOA, R. DOS FANQUEIROS, 12-2.º - TELEG. DIAMANG

ESCRITÓRIOS EM BRUXELAS, LONDRES E NOVA YORK

REVISTA DE CULTURA E PROPAGANDA
ARTE E LITERATURA COLONIAIS

O MUNDO PORTUGUÊS

DIRECTOR: AUGUSTO CUNHA

EDIÇÃO DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS E DO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

SUMÁRIO

Número I — Janeiro de 1934 — Volume I

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS
RUA DA PRATA, 34 // LISBOA // TELEFONES 20651 - 20652

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(Incluídas as despesas de porte e registo)

	6 meses	12 meses
Continente e Ilhas adjacentes	17$00	32$00
Colónias Portuguesas de África	23$00	45$00
Estrangeiro, Índia, Macau e Timor	50$00	100$00

Custo de cada exemplar 3$00

TIRAGEM ESPECIAL

em papel Manchester Ledger e couché Chelsea

	6 meses	12 meses
Continente e Ilhas adjacentes	55$00	100$00
Colónias Portuguesas de África	65$00	120$00
Estrangeiro, Índia, Macau e Timor	100$00	200$00

Custo de cada exemplar 10$00

Comp. e Impr. - Sociedade Industrial de Tipografia Limitada - Rua Almirante Pessanha, 5 - ao Carmo
L I S B O A

CULTURA E PROPAGANDA / ARTE E LITERATURA COLONIAIS

DIRECTOR AUGUSTO CUNHA

O MUNDO PORTUGUÊS

VOLUME I — ANO I — 1934

EDIÇÃO DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS E DO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

O MUNDO PORTUGUÊS

Destina-se esta Revista à gente nova — e traz grandes ambições. Vem para alentar a fé, o ideal patriótico, a esperança no grande futuro de Portugal, que as gerações de scépticos, de desanimados, de descrentes, que para trás de nós viveram, com pertinácia e inteligência tentaram apagar. Pretende trazer à larga mocidade das nossas escolas de aquém e de além-mar a certeza de que, vinda de glorioso passado, dispõe ainda dos elementos precisos para construir próspero e prestigioso destino. Quere dar-lhe a visão, o amor e o orgulho do verdadeiro Portugal — que se estende por mais de 2.100.000 quilómetros quadrados em quatro partes do mundo e abrange mais de 15 milhões de habitantes.

Da missão da pátria na história da civilização, do seu lugar entre os mais países, do papel que lhe cumpre desempenhar, entende dar-lhe a representação exacta e heróica — para a elevar até à grande fôrça construtiva que é o sentimento da dignidade nacional. Das virtudes da gente, do seu amor ao trabalho, espírito de sacrifício, bondade natural, ardente vocação ultramarina que a têm arrastado em tantos séculos de trabalho — há-de falar-lhe constantemente, para as exaltar, fazendo dos feitos e das qualidades dos velhos, espelho e guia dos novos; mas não esquecerá os defeitos da raça — o seu sentimentalismo exagerado, a falta de método, a maledicência e a terrível leviandade dos juízos, a persistência raquítica, o espírito de condescendência com as culpas próprias e alheias — para ver se, embora com muitos anos de insistência, nalguma coisa se conseguem atenuar as más facetas do nosso feitio, tão salientes que aos olhos de estranhos às vezes avultam mais do que as próprias qualidades.

Surgindo em hora de angústia na vida dos povos, é seu desejo pôr os moços de Portugal em contacto com as realidades, afastando-os das retumbantes abstracções que conduzem às hecatombes, dos humanitarismos destruídores, dos verbalismos assassinos — mostrando-lhes que a alma humana é eternamente, desoladoramente a mesma.

Debalde os homens de ciência descobrem maravilhas novas, aperfeiçoam os meios de combate à doença, encurtam as distâncias pela perfeição dos meios de transporte materiais e intelectuais: no domínio moral cada hora torna os povos mais inimigos da tolerância e da bondade, mais ávidos e egoístas, ambiciosos, fechados em si e no seu desejo de domínio. Por contradição curiosa, verifica-se que as doutrinas que, nos campos político e social, mais alto apregoam o amor da humanidade e da justiça, são as que em mais curto tempo se transformam em duros instrumentos de poder, de opressão e de conquista: monstros de duas faces, insensíveis aos gritos de dor das multidões, negam dentro das fronteiras o que para além delas proclamam. O destino de tôdas as doutrinas políticas é rastejarem no pó enquanto não podem erguer-se às alturas, como aves de presa.

No limite das suas fôrças, a Revista ensinará à mocidade a ilusão e o perigo das propagandas sopradas do estrangeiro e a verdade, a realidade, o poder construtivo e civilizador das instituições que, em lenta experiência, na vida portuguesa, como em prodigioso cadinho, foram nascendo e evolucionando desde tempos remotos até ao presente.

Herdámos um património riquíssimo de civilização: património de saber, de sentimentos, de bens,

de solidariedade, de lembranças comuns. Sem nos misturarmos no turbilhão, com êle podemos chegar, no bem, até onde todos os outros chegarem: seria loucura caminhar cegamente atrás de inovações de que não se descortina ainda o verdadeiro alcance humano.

Neste sentido a nossa Revista deverá ser intransigentemente nacionalista: e para campo especial de acção tomou o imenso mundo colonial português.

Em nenhum outro se revelaram com tão soberba pujança as virtudes da nossa gente: tudo o que pode elevar até às culminâncias da história qualquer grande nação encontra-se aí. Soldados com audácias de tal porte que contadas parecem delírio de imaginação—e soldados que, diante dos maiores perigos, da dor, da fome, da doença, para manterem um posto de honra ficam, como se tivessem sido atingidos por insensibilidade; aventureiros e exploradores que nenhuma lenda assusta e que a sedução do desconhecido vai levando até desvendarem os últimos segredos das terras; missionários, comerciantes e funantes que tranqüilamente pisaram todos os caminhos do sertão, como se nenhuma ameaça lhes turvasse o ânimo; colonos presos à terra como a depósito sagrado.

Quem contou já a linda história de tôda esta gente? Quem fala deles nas escolas primárias, nos liceus, nas universidades, nos teatros ou nos jornais?

Quem tenta construir com seus trabalhos e heroismos a prodigiosa lenda, a única grande lição que de si pode deixar a geração de nossos pais?

Na verdade parece que com as primeiras ondas do Atlântico acaba Portugal.

No meu tempo das escolas só raramente os mestres nos falavam de colónias: e era sempre como se de coisas que não importava conhecer e amar se tratasse.

Ninguém se inclinou sôbre nós para dizer que, no Ultramar, estava o futuro da Nação—que, sem os territórios que na África a prolongam, seria no mundo quási apenas a recordação gloriosa que o tempo vai amortecendo. Nenhum professor, homem de govêrno ou simples patriota tomou sôbre si o encargo de nos fazer compreender que Portugal tem objectivos graves e bem marcados pela história, que é um país a caminho de os realizar e não simples grupo sem ideal e sem responsabilidades. Ninguém nos fez perceber que, tendo ocupado um império imenso, era dever indeclinável da nação desenvolvê-lo pertinazmente, enriquecê-lo, ser forte para o defender e que, por isso, as ideas que tenderem a dividir os homens, a afrouxar a coesão do povo, a atenuar o sentimento das suas responsabilidades colectivas, devem ser condenadas e perseguidas como germens de traição.

E no entanto êsse era o tempo em que um pu-

nhado de pioneiros ousados — marinheiros, soldados, exploradores, missionários, comerciantes — acabava em África a ocupação do território nacional. De longe a longe um rasgo de heroismo transfigurava o triste cenário da vida política portuguesa: mas, logo depois, reaceso o fogo das paixões, o interêsse dos partidos obscurecia o interêsse geral. Na contenda, quem defendia a Nação?

Para evitar que as coisas assim continuem, começa hoje a publicar-se «O Mundo Português», como elemento de reacção. É um soldado novo que enfileira ao lado dos que, nos últimos anos, entraram na peleja. Aparecendo na seqüência de um programa de propaganda ultramarina, sucessivamente realizado, vem trazer a sua pedra a esta grande obra: elevar a nossa gente até à consciência das suas responsabilidades coloniais.

Que saiba cumprir ardorosa e honradamente o fim para que foi criado, é o voto que o Ministro das Colónias faz ao entregá-lo, cheio de confiança, ao seu director e ao público.

26 de Janeiro de 1934.

ARMINDO MONTEIRO

MONUMENTOS

IMPRESSÕES PESSOAIS

SÃO os artistas quem cria os monumentos; mas estes são principalmente destinados a agradar aos passeantes que os contemplam e que raro serão artistas. Assim, o artista deveria sempre procurar qual a maneira mais adequada de dar a impressão ao não-artista, que constitue a maioria, para quem êle trabalha.

Pessoalmente, tenho passado por muitos monumentos, cuja significação — talvez diferente daquela que se lhe quiz dar — procuro traduzir independentemente dos letreiros que os ilucidam.

Seja-me permitido apresentar alguns exemplos:

O monumento a Eça de Queiroz, do Rio de Janeiro, foca uma identidade espiritual entre o escritor português e os literatos cariocas.

O *Arco de Triunfo* vinca o espírito militar francês. Na sua frente, na outra extremidade dos Campos Elísios, está, creio que só como decoração, o *obelisco*. Não passo por êle que me não ocôrra à idea de que, quem o ofereceu à França pensou que os engenheiros franceses não eram capazes de arrancar das areias de Egipto, e levar, aquela pedra de mais de duzentas toneladas de pêso. E, decerto, foi um prodígio de engenheria para os recursos da época. Êste trabalho está explicado na base do monumento; mas aborrece-me que lá não esteja também a tradução dos caracteres que cobrem aquela pedra tantas vezes secular.

Outro monumento de Paris, que já vi inúmeras vezes, é a *Porta de Saint-Denis*. Ela me atesta o engrandecimento formidável de Paris, que antigamente terminava ali, onde hoje passam os grandes *boulevards*.

A pedra está enegrecida, porque têm o cuidado de a não limpar; se a tivessem picado, à nossa moda, já teria desaparecido em pó e não estaria ali a dificultar a circulação. Foi talvez por esta razão que nós tratamos de demolir a *Porta de Santa Catarina*, que havia no actual Largo das Duas Igrejas, e que, mais que a de St-Denis, demonstraria a expansão de Lisboa.

Enfim, no Museu Rodin, a figura musculada do célebre *Pensador*, sempre me deu a impressão de estar a *pensar* mais na Fôrça que no Direito.

Também já contemplei demoradamente o monumento a Cecil Rhodes, em Bulawayo. Esta estátua não tem letras porque se julgou que, naquele lugar, não eram necessárias explicações: a figura está em cabelo e de fato de caki. Ocorre-me sempre que, se não fôra êle, aquele centro de África não seria inglês. Mas, alemães ou portugueses que lá estivessem, ¿quem teria o arrôjo de ali enterrar as centenas de milhões de libras com que os ingleses corrigiram a pobreza do *continente misterioso* de Stanley?

Não tenho deixado, também, de contemplar alguns dos nossos monumentos. Os de história dão-me a impressão de que o português não foi mais homem do mar que aquela figura que, no Cais do Sodré, à vista dos marítimos que ali passam, está brutalizando um leme.

Predominam os monumentos militares: e até me parece que foi mais apreciado o termo-nos libertado de D. Miguel que do Domínio Estrangeiro.

Especialmente o monumento a Afonso de Albuquerque choca-me, porque, convencido de que nós sempre fômos mais descobridores que conquistadores de além-mar, aquela estátua amesquinha a memória dos grandes navegadores portugueses que abriram o caminho da Índia. E causa-me inveja que Colombo tenha, pelo mundo fora tantos monumentos, parecendo que, de facto, foi êle e não nós, quem devassou o Atlântico, quando cruzávamos os mares além do Equador, tantos anos antes de Colombo ir à América!

É talvez por isso que um dos seus monumentos, que eu conheço, está ilustrado com uma caravela, levando pintada nas velas a Cruz de Cristo. Êste símbolo, que os navegadores portugueses ainda não fruíram, reconhece que Colombo, ao explorar o Atlântico Ocidental, realizou uma obra pensada antes por portugueses, e aproveitando a experiência dos homens do mar portugueses.

Muitos anos terá ainda de viver aquele passeante que chegar a ter o prazer de contemplar o merecido monumento aos nossos antepassados que estudaram os ventos dominantes no mar largo, e os souberam aproveitar criando as grandes rotas marítimas. Eu não me contentaria com a idea de se lhe erguerem estátuas pessoais, porque êles, são muito mais numerosos que os nossos generais cartistas: Gil Eanes, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Cabral, Côrte Real, Magalhães, etc. Nunca se acabaria a série... Por isso eu continuo a pensar que, ao lado do templo dos Jerónimos — monumento que, como o de Bulawayo, não precisou de letreiros — se aproveitasse o edifício monumental, que já lá está muito adiantado, para *museu* a perpetuar a grande obra daqueles numerosos portugueses, as suas *Navegações* e *Descobrimentos*. Tenho falado nisto, repetindo uma idea de outros, já muito velha. Mas não fui compreendido.

Ao meu critério simplista impõe-se a necessidade de que os monumentos procurem dar ao passeante, duma forma agradável, a impressão do acontecimento que se quiz perpetuar em pedra. Por isso creio que à maioria da gente simples — como a mim próprio — muito lhe lisongearia a vaidade íntima, uma lembrança concreta das proezas marítimas dos nossos antepassados: Ser-nos-ia grato encontrar em um ponto dos mais centrais e concorridos de Lisboa — como seria na Avenida da Liberdade — uma evocação das antigas navegações, mais sugestiva que os letreiros em mosáico que lá estão: tal seria, por exemplo, a reprodução, em pedra, de certas antigas inscrições lapidares — como a do *Yelala*, no Zaire, ou de *Dighton*, no Continente Norte-Americano, inscrições abertas pelos navegadores portugueses em locais que descobriram mas que, lamentàvelmente, se encontram, embora apreciados, em território estrangeiro.

Êste meu alvitre teve a mesma má sorte do *Museu de Marinha:* a Super-Arte, que censura os projectos de monumentos decorativos, opôs-se aos desejos que creio serem os da grande maioria da população portuguesa. E nem as *minhas* pedras, como tão pouco o *planisfério* das grandes navegações portuguesas — proposto originalmente pelo oficial de marinha e arquiólogo, Henrique Lopes de Mendonça, para o Terreiro do Paço — nenhuns dêsses alvitres, embora talvez pueris, mas patrióticos, logrou geral aprovação.

Êste antagonismo entre artistas e não-artistas, leva-me a concluir estas *impressões* preguntando: se os monumentos são apenas destinados à minoria dos iluminados pela claridade da Arte Pura?

G A G O   C O U T I N H O

ALMA COLONIAL

POR ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO

LEMBRA-ME como se fôsse ontem.

Pelos meus 14 a 15 anos emotivos de beirãozito imaginoso, leitor de Júlio Verne, e, aqui e além, dos nossos historiadores e viajantes da era de Quinhentos, Barros e Fernão Mendes à frente, tive pela primeira vez, ao bailar da chama do fogão da nossa sala de jantar, a impressão fulgurante, e que a inteira noite me desvelou, da resplandecente magia dos céus equatoriais.

Na *Revue Bleue,* que meu pai assinava desde os tempos de estudante, e chegada de manhã dêsse longínquo Paris de brumas e neves, a rebrilhar lá muito para além das serranias alvejantes, um clarão do sol dos Trópicos me siderou, nas letras bailantes de miragem das páginas de *Obok,* misteriosamente assinadas: *Pierre Loti.*

...Areais em fogo, magros dencalis ou somalis, trazendo das solidões candentes molhos de penas de avestruz ou peles flavas de liões, acácias sedentas por todos os espinhos, e a paisagem esbrazeada a estremecer infinitamente...

Vergílio e Horácio, que eu já balbuciava no encantamento de uma primeira revelação de beleza, davam-me apenas na imaginação uma fina e sêca, apenas azulada, paisagem de latinos, ao modo das que me rodeavam.

Aos clássicos do tempo dos Descobrimentos faltava quási de todo o sentimento do exotismo. Os crocodilos eram para os nossos: lagartos grandes; os tigres riais e os reimões de Java e Samatra: grandes gatarrões.

Os Lusíadas mesmo, espelhavam apenas, já porém na luz da *rôxa aurora,* a Campina mantuana, ou os breves vergéis mediterrâneos.

As sumptuosas descrições enfáticas de *Atalá* e dos *Mártires* não se visualizavam na minha retina, tão só vibravam na outiva pelo ritmo maravilhoso dos períodos, a cadência roçagante da frase.

Loti, êsse, em períodos miudinhos, fez-me de repente vêr na sua luz imensa, no seu calor, no verdor e no perfume das suas florestas, na incandescente safira dos seus céus, os estranhos países solares. E tôdas as gravuras de *Le Tour du Monde*, que de criança conhecia, se me encheram de luz e de côr, se animaram de visão interior, resplandeceram e aprofundaram de distâncias e perspectiva.

As necessidades da vida levaram-me poucos anos após para as colónias. Mas estou certo que mesmo em outras condições eu teria sempre procurado seguir, de qualquer modo, a vida de exílios do grande artista marinheiro.

Nessa noite de fim de outono, na lufada das serranias da minha Beira de saüdade, formou-se em minha alma a ânsia de correr mundo... E lá consegui, como pude, vêr Ceuta e Tanger, meio périplo de África, as negras montanhas arábias, Angola e a Índia, as ilhas malaias, as radiosas Felipinas, o mar dos tufões e dos juncos de piratas, entrever as serranias aromáticas de Bornéo e da Indochina, passar rente a Malaca, tôda de jada vírida, contemplar um instante na imensidão incandescente, misterioso e profundo, o golfo trágico donde, para o combate ao português, singrava o inimigo Achem...

Digo-o por mim. Mas quere-me parecer que o primeiro passo para se criar em Portugal um entranhado espírito colonial, o essencial espírito da grei, terá de ser dado pelos artistas da nossa gente, pelo romance, pelo poema, pelo quadro, pela música (porque não, no futuro posto radiofónico oficial, a transmissão das melodias, das músicas coloniais, corais admiráveis de Timores e Africanos, mornas caboverdianas, estridências chinas surpreendentes, lânguidos mandós e launins de Gôa ?...).

A imaginação do adolescente português há de ser primeiro tocada pela vara mágica da arte. Todo o moço português deve entrar na vida activa com a imaginação alvoroçada pelo sonho das nossas terras coloniais.

Na Holanda, muito já atàvicamente, a ida para a Insulíndia é como um acto natural e simples. Trabalhar, viver em Amsterdão ou em Déli, na Haia ou nos Preânguer, é tudo o mesmo. *Ost, West, thuis best.* E vão os melhores, não só os frutos pêcos.

Nas terras tropicais ou nas névoas dos Pôlders, é sempre a Holanda, a Holanda próvida, combativa, labutadora e jovial.

É de uma mentalidade colonial a criar no português que urge tratar-se, e de alto a baixo das massas portuguesas.

Ainda no meu tempo de criança a ida para as *costas de África* confrangia como um dobre a finados, às trindades. Alma que caía num poço. A emigração para o Brasil — um recurso de desespêro de pobres. Era como entrar na tôrre da Madorna. Torna ou tornará.

E Portugal precisa de querer ir todo, alacremente, para as suas colónias. Sentir-se lá como na própria *pequena casa lusitana*, na doçura do lar colonial, na compreensão simpática da alma dos naturais. Uma prometedora literatura de exotismo vamos já tendo. É de todo o exotismo surpreendente e resplandecente as nossas colónias que precisamos de incendiar, e já desde a infância, a imaginação dos nossos adolescentes; e é aos artistas de Portugal que primeiro que a ninguém incumbe a radiosa e redentora tarefa, esperança máxima da Nação.

VIOLA CHINESA

A
WENCESLAU DE MORAIS

Ao longo da viola amorosa
Vai adormecendo a parlenda,
Sem que amodornado eu atenda
A lenga-lenga fastidiosa.

Sem que o meu coração se prenda,
Enquanto nasal, minuciosa,
Ao longo da viola amorosa
Vai adormecendo a parlenda.

Dir-se-ia enfim morto, repousa . . .
Mas sem que o seu pungir suspenda . . .
E faz que as azitas distenda
Numa agitação dolorosa.

Ao longo da viola amorosa
. . . .

C A M I L L O   P E S S A N H A

HÁ 45 ANOS...

CHILOMO

A 24 de Janeiro de 1499 entravam os navios de Vasco da Gama pelo rio de Quelimane.

Deu-lhe o egrégio navegador o nome de Rio dos Bons Sinais, tão hospitaleiro e amigo foi o modo como os naturais do país o acolheram e aos seus mareantes.

Contudo o S. Gabriel, o S. Rafael e o Bérrio já dias antes haviam sido avistados pelos negros habitantes do delta do grande rio «Cuama» ou «Zambeze».

A tradição oral dêsse acontecimento notável, caso estupendo entre os negros, que não sabem conservar tradições, — obliterando-se o passado fàcilmente nas suas primitivas memórias — mantém-se contudo na família dos pretos *muzungos* Veloso da Rocha, do «Maruro». «Meu pai antigo, antigo meu govêrno! foi primeiro preto que viu branco!» Assim mo repetia sempre o velho servidor do Estado, 1.º sargento honorário, Joaquim Veloso da Rocha, «*Sécanéca da Costa, primeira sorte do govêrno*»...

Sécanéca da Costa era bebedor inveterado, agüentando inverosímeis quantidades de alcool. Uma vez, como Francisco Perfeito de Magalhães conta em um dos seus livros sôbre coisas africanas, José de Paiva Raposo, então rapaz de 19 anos, depois de jantar pediu-me licença e arranjou, num copo de água, um cacharolete fantástico em que entrava genebra, cognac, pimenta, vinagre de *pire-pire* fortíssimo e outros ingredientes e chamando o Veloso da Rocha deu-lho. Êste pôs o copo à bôca bebeu-o,

saboreando-o lentamente até à última gota, e virando-se para mim disse: «Meu govêrno! nasceu, cresceu, ficou velho! coisa assim bôa, nunca bebeu!» e dava com a língua estalos de agrado e de aprêço.

Os seus inúmeros netos, (só filhos teve 14 servindo ao mesmo tempo como cipais sob as minhas ordens) repetem hoje orgulhosamente, o que ouviram ao avô, e aos pais.

Assim se deu o primeiro contacto dos portugueses com as populações do país atravessado pelo grande e notável rio Zambeze.

Comunicava então, e manteve-se a comunicação por largos tempos, o Rio dos Bons Sinais com o Zambeze por meio do tortuoso «Quaqua» e do estreitíssimo «Mutu» que assim davam conjuntamente com as outras bocas do delta saída às águas do grande rio.

Essa ligação há muitos e muitos anos que deixou de fazer-se. Apenas uma vez que me conste de há 50 anos para cá, devido a uma enorme cheia, parece que se restabeleceu por poucos dias, mas ao que diziam mal permitindo a navegação a escaleres e almadias. Contudo as águas impetuosas e barrentas, em breve, deixaram de passar por sôbre a barragem extensa de uns poucos de quilómetros de lodo, matope, canavial e capim, que nas alturas do Vicente na margem norte do Zambeze constitue obstáculo insuperável a êsse curso.

Tem o Zambeze as suas origens na antiga região de Lunda, hoje Rodésia do Norte, próximo da fronteira de Angola, nos pântanos do Lago Dilôlo, fixando-se as coordenadas da sua nascente em 11° 21′ 3″ S, e 24° 22′ L.

O seu curso é de mais de 3.000 quilómetros, por vezes sinuoso e inflectido em várias direcções, recebendo nomes vários segundo as regiões que corta. Não nos ocuparemos de essas designações porquanto em território de Moçambique tem sempre o nome de Zambeze.

Tampouco falarei nos seus inúmeros afluentes, e apenas citarei como mais importantes dos que correm em território português, o Aruangua, o Luenha, o Chire, o Pompue, o Muira, o Fize, etc.

Das suas cataratas ou cachoeiras entre as quais avultam as célebres quedas de Vitória — Vitória Falls — mencionarei só as de Quebrabassa ou Caroabassa ou Cachomba, também adentro da nossa colónia.

Desde Quebrabassa até montante da garganta célebre da Lupata, é o rio pouco largo, variando a sua largura entre 300 a 400 metros. Na Lupata terá 200 ou 250, com corrente violenta, entre duas altas e escarpadas margens de rocha. Transposta essa garganta, espraia-se principalmente até à altura da foz do Chire, isto é, por umas 100 milhas, tendo decerto uma largura média de duas milhas.

Quando há cheias, como as suas margens nesse trôço do seu curso sejam muito baixas, atinge seguramente, em dados pontos, o dôbro dessa largura.

No leito do Zambeze existem inúmeras ilhas, algumas permanentes, outras formando-se hoje para desaparecerem pouco depois e surgirem outras em pontos diferentes.

Sendo constituídas por aluviões as cheias desfazem-nas.

Em 1891, quando depois do combate da «Mafunda» morreu a bordo da canhoneira «Obuz», em virtude dos ferimentos e queimaduras que recebeu, o excelente e decidido rapaz que foi Carlos Paiva Raposo, foi sepultado numa das ilhas do rio, ao que me disseram, ilha extensa e com todo o aspecto de permanência (eu estava gravemente ferido também e com os olhos tão afetados pela pólvora que durante dois meses não vi) e foi colocada uma cruz sôbre a sua sepultura. Quando melhorei mandei visitar a ilha para se resguardar melhor a sepultura do malogrado e querido rapaz, não sendo ela encontrada: a cheia havia-a arrazado e feito desaparecer com o seu fúnebre depósito!

A navegação é assim muito difícil, e nem os mais experimentados pilotos, podem evitar os repetidos e fastidiosos encalhes das lanchas a vapor, que não devem demandar mais de dois a dois pés e meio de água.

Não me alongarei fazendo a descripção do extraordinário país que o Zambeze banha.

Augusto de Castilho descreveu-o com brilho e conhecimento profundo de tôda a região. Foi um grande vulto da história de Moçambique, não há dúvida, embora a sua acção hoje fique em segundo plano, depois da época brilhante dos consulados, únicos, de Ennes e de Mousinho.

A título de curiosidade lembrarei apenas que os primeiros barcos a vapor que navegaram no Zambeze foram os pequenos, escaleres direi, «Pioneer» e «Ma Robert» de Livingstone de 1858-1861, transportados desarmados pelo Quaqua, de Quelimane para lá.

Em 1874 navegavam, com dificuldade, duas lanchas de guerra portuguesas. Eram de rodas e armadas com uma peça de bronze cada uma.

Como calavam quatro pés de água, eram absolutamente impróprias para a navegação do rio, e no ano seguinte, creio, encalharam-nas como inúteis no Inhamissengo onde se desmantelaram.

Chamavam-se «Tete» e «Sena»; a primeira foi algum tempo comandada por Castilho e a segunda por Neves Ferreira.

Antes disso haviam sido construídos em Lisboa (!) com material vindo de Inglaterra, dois barcos maiores, de rodas, calando cinco pés de água e que eram destinados à polícia do Zambeze e a colaborar nas operações contra os Bongas que então nos infligiam cruéis desastres.

E eram montados em Lisboa para seguirem para Moçambique!

Os arrojados oficiais que fizeram essa homérica travessia, comandando os barcos que iam comboiados pelo «Quelimane», foram, os então, tenentes Ferreira do Amaral,

na «Tete» e Fonseca Vaz, depois Conde de Sena, no «Sena». A sua arriscadíssima viagem ficou gravada com letra de ouro nos fastos da marinha de guerra portuguesa, e foi devidamente apreciada por oficiais portugueses e estrangeiros.

Chegaram a Moçambique depois de tormentosa viagem, sendo agraciados os comandantes com os hábitos da Torre-Espada. As lanchas que eram imprópria para o fim a que se destinavam, dado o seu calado, acabaram depois de prestarem algum serviço no Mocambo e Conducia, encalhadas junto do arsenal de Moçambique na praia do Celeiro, onde os seus cascos de ferro se desfizeram.

A seguir a estas só, em 1889, apareceram no Zambeze as lanchas que para ali levei de Quelimane, «Cherim», «Marave» e a «Cuama».

Para cima das cachoeiras de Caroabassa tentou-se em 1893, se não estou em êrro, fazer passar a «Marave», tentativa destinada fatalmente a fracassar, por ser impossível à lancha transpôr os rápidos, montada como estava.

No entanto empregava para isso os maiores esforços o incontestàvelmente ilustre e hábil oficial de marinha Leotte do Rêgo.

Em 1898 transportada em partes até Chicôa, por via fluvial e por terra, foi pelo major inglês Gibson ali montada e deitada ao rio a pequena lancha «Constance», o primeiro barco a vapor que navegou acima de Quebrabassa, e abaixo da «Vitória Falls».

Acima destas foi construído e lançado à água em 1902 o «Livingstone».

Após as viagens de Livingstone e a divulgação da sua obra, e da de seu cunhado (?) «Moffat», a sua apregoada obra de evangelização levou missionários ingleses e sobretudo escoceses, a empreenderem o exercício da sua missão em campo que já mais ou menos depandera da nossa actuação, embora precária e periódica, na chamada região dos lagos do Sul, Niassa, Shirua, Amaramba e Alto Chire.

Ligaram-se por interêsses mercantis na célebre «African Lakes C.°» que foi a verídica génese do «Niassa Protectorate» e da colónia inglesa do Niassa land, passando a desenvolver paralelamente a sua acção de traficantes e de evangelizadores por aquela região, fixando-se em Blantyre, Zomba e outros pontos bem escolhidos.

Depois do massacre da Massingire e do explêndido feito de Caldas Xavier em Mopeia, defendendo-se só com o irmão cego, o inglês Simpson e dois índios que carregavam as armas, contra milhares de pretos que o assediaram, durante dias, numa casa de zinco, os agentes do «African Lakes» pretenderam estender a sua acção, mesmo pelo Zambeze abaixo.

Alguns dos seus agentes haviam feito parte do grupo de europeus que tinha socorrido Caldas Xavier, e chegaram a formular pretensões sôbre Mopeia pròpriamente...

A acção das autoridades portuguesas afirmando por meio de ocupação efectiva e imediata os nossos direitos seculares e incontestáveis, e fazendo instalar um comando militar no Massingire e outro com uma capitania-mór em Mopeia, não sofreu, como era justo, qualquer impugnação.

Os actos menos reflectidos praticados então por alguns agentes do «African Lakes», não encontraram éco nem apoio nas autoridades consulares inglesas.

Mas a «African Lakes» tinha os seus depósitos estabelecidos no Vicente, perto de Mopeia. As mercadorias transportadas «Quaqua» acima, até onde êle era navegável, a montante de Mucohe na Mopeia eram transportadas às costas ou em zôrra para o Vicente. Por essa forma haviam sido transportadas as peças componentes dos dois vapores que a «African Lakes» tinha navegando no Zambeze e Chire, a «Lady Niassa» e «John Moir» em 1888.

A actividade dos seus agentes, cheios de iniciativa e ambição, despertou as atenções especialmente do governador geral Castilho, e o govêrno português, devido muito à sua insistência, resolveu mandar construir lanchas canhoneiras para navegarem e policiarem o Zambeze, o Chire, e Niassa... Mandaram-nos construir na casa inglesa «Yarrow» especializada nestas construções de barcos de pequeníssimo calado de água.

E em vista da actividade desenvolvida por ingleses no sertão, resolveu-se mais, em fins de 1888, mandar à região dos lagos e aos régulos «Cuirassia» M'ponda e outros, assegurar vassalagens e mostrar a bandeira, o capitão-tenente António Maria Cardoso, que iria pelo interior do Marral ao «Milange» e instalaria nas margens do Niassa, ou onde julgasse mais conveniente, uma Missão Católica de padres do Espírito Santo, chamados padres brancos. A escolha dêsses padres — três foram êles — cujos nomes não recordo, havia sido tratada com o célebre e glorioso director da Ordem, o Cardeal Apóstolo, antigo zuavo, Lavigerie, evangelizador da Argélia, e cujos serviços inestimáveis à civilização e à sua pátria são recordados pela estátua que a sua terra natal, Bayonne, lhe fez erguer junto ao «Adour».

Pelo lado do Zambeze, Chire e Ruo, mandava-se uma expedição científica dirigida por Serpa Pinto, com o médico naval Rolão Preto, e os engenheiros Alvaro Castelões e Themudo.

O delta do Zambeze é constituído por vários braços e correspondentes barras. São êles de norte para sul, respectivamente Chinde, Catarina, Luabo de Leste, Congone ou Inhamissengo, Milambe e Luabo ocidental. Ao norte do Chinde ainda há comunicação, precária, através de tortuoso canal com a má barra de Mahindo, e existem mais dois ou três esteiros, sem importância, desaguando no mar.

Tôdas essas barras são conhecidas desde tempos remotos, mas como a ligação do rio se estabelecia com o pôrto de Quelimane, como se disse, em barcos pelo «Quaqua» e do ponto em que êste deixava de dar navegabilidade fazendo-se os transportes por

terra ninguém se preocupava muito com a praticabilidade das barras do delta que se sabia serem muitas vezes más para os pequenos barcos de vapor e de vela que os podiam demandar uma ou outra vez.

O porto de Quelimane era acessível a barcos de maior calado e frequentado por vapores, e tôdas as monções, regularmente, por patachos e grandes pangaios dos mercantes da Índia, além de outros barcos costeiros.

Das entradas do Zambeze, até 1889, só a barra do Inhamissengo e rafreqüentada por barcos de pequena tonelagem e fraco calado, que fundeavam a dentro da barra da Conceição, assim denominada pelo nome da esposa do governador Castilho. Na Conceição havia uma casa holandesa e uma francesa que negociavam sobretudo em copra e amendoim.

Em 1887, no belo vapor da província, o «Auxiliar», estive no Inhamissengo, tendo como imediato o ilustre marinheiro Henrique Macieira.

O barco calava sete pés de água; tinha sido construído nas «Forges et Chantiers de la Seine» em 1874 e havia sofrido reparações importantes no Cabo da Boa Esperança em 1886. Armava em escuna, tinha duas hélices e era magnífico, valentíssimo para o mar, a-pesar-de não ter 200 toneladas.

Serviu até 1885 como rebocador e barco de pilotos na barra de Quelimane, deixando êsse serviço e passando a ser guarnecido com gente de marinha de guerra, em fins de 1886, tendo sido eu o seu primeiro comandante.

Procedemos à balisagam da barra, aonde, na ponta Congonse, havia um farol...

A vida na Conceição era então, como de resto na Zambézia tôda, muito barata.

A guarnição do «Auxiliar» com oficiais, mestre, guarnição e remadores pretos, era de 30 homens.

Um dia comprou-se a um pescador, uma garoupa de tais dimensões que, fresca e salgada, deu de comer à guarnição por mais de três dias. Para ser descamada houve que fazer intervir a enxó do carpinteiro... Pois o seu custo foi uma rupia, que nesse tempo valia 400 reis! Lembro-me que um galo e uma galinha foram pagos a 20 reis!

Havia na Conceição uma velha preta que era uma *instituição.*

A senhora Angelina, que nos fornecia para bordo pão, ovos, cabritos, tudo enfim quanto fazia objecto do seu industrioso comércio, era uma velha que conhecia tôda a tradição da baixa Zambézia e falava sempre com grande respeito e entusiasmo do governador Amaral e do governador Castilho.

Muito asseada tinha um bando de «sicanas» e «apales» em serviço no quintal, que as más línguas diziam ser netos dela e de variadíssimos avós... Era inegàvelmente uma das principais freguezas de genebra da Casa Holandesa. Mas não sofre contestação que era obsequiadora e que não *carregava* muito nos preços dos géneros que nos fornecia.

A comunicação do Inhamissengo com o Zambeze era difícil e pouco profunda, não podendo os barcos que entravam a barra subir o canal senão por um a dois quilómetros.

Sùbitamente, em 1889, correu pela Zambézia a notícia de que, um dos homens da «African Lakes», de nome *Rankins*, levado por informações dos indígenas, reconhecera, em boas condições, a barra do Chinde, encontrando fundos que dariam passagem a barcos de 10 pés de calado em água baixa, e que a comunicação com o Zambeze era boa e fácil.

Apareciam, pois, modificadas inteiramente e simplificadas as ligações habituais do mar com o Zambeze médio, o Chire e o Hinterland, e as operações de descarga que se poderiam fazer dentro do pôrto do Chinde, directamente, para barcos que conduziriam as mercadorias ao seu destino, evitando os transbordos da via usual, Quelimane — Quaqua — Mopeia — Vicente — Zambeze.

Também se rumorejou logo, que a «African Lakes» fazia chegar até junto do govêrno da Gran-Bretanha, o éco das suas aspirações de que junto da barra do Chinde se obtivesse em situações de condomínio (!) ou melhor de perfeito domínio inglês, (!) um estabelecimento em área bastante larga para assegurar o desenvolvimento da sua acção, no pôrto recentemente reconhecido.

Havia contra isso um obstáculo; era êle o do território atravessado pelo chamado rio Chinde ser tão português que estava todo no prazo Luabo ocupado *efectivamente* pelo arrendatário Paiva de Andrade e de haver próximo da barra, no lugar mais próprio para esse estabelecimento um *luane* habitado justamente pelo representante de Paiva de Andrade...

A nova passagem para o mar, do Zambeze pelo Chinde, era muito mais profunda e directa do que a que havia pelo Congone. De aí adveio o abandôno da Conceição e a deslocação das casas de comércio dessa povoação para a nova povoação que se formou no Chinde.

Van Eys, gerente da casa holandesa que eu conhecera em Inhamissengo, lá estava no Chinde, firme no seu posto, 20 anos depois, quando governador geral de Moçambique, lá passei... e sempre com o seu cachimbo holandês, recomendando aos amigos os *hotch potch*, os barris de vagens em salmoura, os *Fockins* especiais que a sua casa recebia da Europa...

Sôbre o local em que existiam as palhotas grandes do *luane* de Paiva de Andrade, em Mitahone, na ilha Timbue, foi edificada (?) a primeira povoação do Chinde.

Para aí foram a Intendência de Polícia e outras repartições do Estado, e os negociantes europeus e mouros e bananianes da Índia.

Pode dizer-se que dez anos depois a povoação era outra já. A corrente do rio e suas cheias por um lado, e as invasões de águas do mar por outro, tinham feito desaparecer grande parte da península de areia em que assentou a primitiva vila de *Zinco*...

Pelo tratado de 1891, foi atribuído em aforamento à Inglaterra, a concessão de uns 40 hectares de terreno adjuntos à povoação do Chinde, para instalações dos armazens de mercadorias, oficinas e estaleiros da «British Central Africa». Aí tinha residência o agente do Protectorado e o vice-consul inglês. Em troca tivemos concessão idêntica na baía dos Leopardos, no Niassa, que nunca aproveitámos por.... desnecessária.

Hoje o Chinde agoniza. A povoação portuguesa tão duramente atacada pelas cheias e correntes variáveis do rio, pelo embate de alterosas ondas do mar na contra-costa, mantém-se, mas decadente e à custa de um tráfego de natureza precária. A totalidade, por assim dizer, do movimento das mercadorias do território inglês do Niassa e o das assucareiras portuguesas das margens do rio, faz-se para o mar pelo caminho de ferro de Murraça à Beira. Poucos produtos, os pobres, vão embarcados directamente ao Chinde.

A concessão inglesa, também rudemente atacada pelas cheias, essa foi abandonada, o que não é caso para lamentar. E isso devido, principalmente, à construção da ponte sôbre o Zambeze pela «Trans-Zambezia Raillway», ligando o caminho de ferro inglês de Port Herald ao caminho de ferro de Sena à Beira, de modo que as mercadorias dos territórios ingleses seguem, sem transbordos, do país de origem, até ao pôrto da Beira, onde embarcam para os seus destinos. Pena é que a realização dessa obra monumental não tenha sido devida à iniciativa e aos capitais nacionais, mas êles como sempre, faltam...

Ao menos, da sua construção, como se diz, resultou o desaparecimento do enclave inglês no Chinde... Demais as linhas férreas que mais nos interessam, dentro de alguns anos estarão totalmente nacionalizadas e na posse do govêrno português.

A ponte é obra de engenharia notável.

Justifica-se a sua construção na conveniência de evitar os transbordos de mercadorias vindas no caminho de ferro do Chire, para lanchas e barcos que as levavam até à testa do caminho de ferro de Murraça à Beira, onde reembarcavam no combóio para êsse pôrto. A travessia do rio oferece sérias e grandes dificuldades à navegação, pelos freqüentes desvios dos eixos dos canais durante a séca, ou seja de Julho a Dezembro, e por vezes pela fôrça da corrente durante as cheias de Dezembro a Março.

Tem a ponte cêrca de três quilómetros de comprido e não se tendo encontrado em alguns pontos, fundo de rocha no leito do rio, alguns dos seus pilares tiveram de ser cravados até quási 40 metros de profundidade, abaixo do nível das águas mais baixas...

O taboleiro ficará a uma altura de cêrca de 24 metros acima dêsse nível, para sob êle, poderem passar os vapores fluviais. Um facto interessante a notar é que, segundo se lia em notícia recente do «Times», a-pesar-da má reputação da Zambézia quanto a salubridade, apenas um dos muitos europeus empregados há muitos meses na construção da ponte, tinha então sido atacado de febres.

Como se disse, a actividade desenvolvida pelos exploradores e «pioneers» ingleses que invocavam mais ou menos a aplicação das doutrinas consagradas na conferência de Berlim, provocara uma saüdável, embora tardia, reacção do govêrno português, que procurava por todos os meios pacíficos ao seu alcance consolidar, nos sertões de Moçambique, uma soberania em pontos quási obliterada, pelo abandôno a que haviam sido votados em parte do século XIX.

Já vimos que a António Maria Cardoso e a Serpa Pinto, haviam sido designados objectivos que implicavam renovação de avassalamento de chefes indígenas sempre considerados por nós, como sujeitos à soberania de Portugal. Além dessas duas missões, havia sido resolvida e encomendada a construção de três lanchas a vapor, para navegarem no Zambeze, Chire e Niassa e, com instruções confidenciais e muito especiais, Paiva de Andrade, com artilharia «Hotchiss» e uma expedição bem montada, havia sido mandado para os «sertões de Moçambique»... levava entre outros às suas ordens o tenente do exército da Africa Ocidental, Vitor Cordon, que devia ir até à Machona.

Em Junho de 1889 nomeado comandante da lancha canhoneira «Cherim» fui mandado seguir para Quelimane. Logo a seguir foi o 1.º tenente Salter de Sousa nomeado comandante do «Maravi» e o 1.º tenente J. Carlos de Lima nomeado para comandar a «Cuama».

Eu segui em 10 de Junho para Quelimane, onde as canhoneiras que tinham ido em quarteladas de Inglaterra, estavam a ser montadas por operários ingleses da casa «Yarrow». Os meus camaradas partiram mais tarde, Salter em Setembro, Lima em Dezembro.

Encontrei em Quelimane António Maria Cardoso preparando-se para seguir ao seu destino.

Acompanhavam-no três padres brancos, do Espírito Santo, ou do Cardeal Lavigerie, como se dizia.

Êsses padres deveriam ficar instalados em Missão no M'ponda contrapondo-se a sua acção missionária e civilizadora à acção mixta, mercantil e evangelisadora dos missionários da «African Lakes». A missão de Cardoso seria mais diplomática do que científica. Levava como auxiliar o antigo sertanejo e arrendatário do prazo Marral Muzungo Romão de Jesus Maria, filho de mestiço de canarim e preta, e de mãe negra, senhor de bons branes, e que tinha oficinas no seu prazo, onde os carpinteiros pretos construiam lindos escaleres e mobílias magníficas. Romão levaria consigo 250 velhos cipais e o capitão de cipais Ambrósio. Devido ao feitio conciliador e hábil do chefe da expedição, já prático em desempenhar missões análogas, pois já fôra chefe de uma expedição ao Muzila e, sem dúvida alguma devido aos bons ofícios e conhe-

cimento dos pretos que tinham o Romão e o Ambrósio, António Maria Cardoso avassalou os régulos de Milange e do Niassa, M'ponda, Ciurássia e outros. A Missão do Espírito Santo é que, por motivos supervenientes, pouco tempo durou.

Serpa Pinto já tinha seguido em direcção ao Chire com o Dr. Rolão Preto e os jovens engenheiros Álvaro Castelões e Temudo, quando eu cheguei a Quelimane. Levava consigo uns 100 landins de Inhambane, como escolta, mas chegado à Chamuára, constou-lhe que seria hòstilmente recebido pelos Makololos e pelos indígenas do Alto Chire que estavam sob a influência dos padres missionários escosseses.

Fez pois recrutar uns 300 homens de Maganja àquem Chire sob as ordens do jóvem José de Paiva Raposo, mandou recrutar 250 homens do Boror comandados por um preto de confiança «Gerumali» e mandou seguir de Sena, os Ferrões, capitão-mór e sargento-mór, com cêrca de 1.000 negros armados, pela margem direita do Chire, tendo embocado o Zambeze na Mutarara.

(Segue no próximo número)

JOÃO DE AZEVEDO COUTINHO

DONA MARIA MASCARENHAS

(MARIYAM-UZ-ZAMANI)

IMPERATRIZ DA ÍNDIA

Em 1561, uma portuguesa, joven e bela, pobre mas nobre, foi Imperatriz da Índia. Sua irmã, Juliana, também órfã, foi princesa da ilustre casa dos Bourbons. No século XVII, outra portuguesa casou com o Rei das Maldivas, solenemente baptizado na Cidade dos Vice-Reis, e seus descendentes ligaram-se em casamento com algumas casas fidalgas de Portugal; e, por fim, Salvador Ribeiro, herói de muitas guerras na Birmânia, cujas virtudes e justiça imanente foram tão apreciadas em Aracão, foi Rei de Pegu, eleito pelo povo, honrando por esta maneira o nome português e desfazendo o efeito da atitude intempestiva do capitão Brito Nicote naquelas paragens.

A história lusitana pelo Oriente, nos séculos XVI, XVII e XVIII, é um manancial luminoso e inexgotável de factos e feitos que honram a nação portuguesa, não só porque cruzamos ignotos mares, ocupamos terras desconhecidas e levamos a verdade cristã aos povos idólatras, mas, também, porque pela sábia acção colonizadora deixamos profundos vestígios das nossas aptidões civilizadoras, o que, ainda hoje, tantos séculos decorridos, se verifica na vida familiar e social dos indígenas nas terras por nós ocupadas.

Voltemos, porém, a falar dessa portuguesa, que se chamava Maria Mascarenhas.

O ser Imperatriz ia muito além do que uma mulher portuguesa poderia aspirar. Nem em sonhos teria, talvez, passado pela mente duma donzela de 17 anos, órfã de pais que, com o pranto na voz deixava as margens do Tejo para seguir à Índia, lhe caberia por sorte ser espôsa querida do Imperador Mogol, o grande Akbar, tão célebre na história da Índia.

Passaram êstes factos nos meiados do século XVI, ao tempo da nossa grandeza e opulência no Oriente.

Como se deu isso?

A nossa política de expansão pelo Oriente, não se limitando à conquista de terras, mas, também, à sua ocupação com carácter permanente, levou o Govêrno de Portugal, desde o reinado de D. João III, a mandar para a Índia as órfãs internadas nos asilos, para se casarem com os portugueses no Ultramar.

Muitas delas partilharam, com os mais ousados marinheiros, os perigos duma viagem acidentada. A história trágico-marítima aponta inúmeros casos em que muitas das «órfãs d'el-rei», como eram conhecidas, nem chegaram ao seu destino, vítimas, de princípio, dos corsários mouros, e, depois, dos piratas holandeses. Algumas delas encontraram a felicidade em países estranhos ao nosso.

Dona Maria Mascarenhas teve essa fortuna. Tomada pelos corsários mouros, a nau que a levava do Reino, feita prisioneira, desembarcou em Surrate, e foi de lá conduzida com os mais à Côrte dos Imperadores Mogóis.

Era então Imperador o célebre Akbar, moço de 18 anos, querido e adulado pelos milhões dos seus súbditos. O seu casamento com a formosa portuguesa foi um romance na vida dêsse poderoso potentado. Apontemos os factos mais importantes que se relacionam com tal caso.

Babar Mirza, de Gaspar Correia, ou o Babar Patxhia, de João de Barros deu princípio à dinastia mogol, com o pomposo título de Grão-Mogol.

Akbar, filho de Humayum, a quem Michelet classificou de *puro e forte, e fecundo,* era Imperador, contando apenas 13 anos e 3 meses de

idade. Nasceu a 14 de Outubro de 1542, e, moço ainda, ao lado de seu pai, na batalha de Paniput, deu bastas provas do seu indómito valor. Em 1560, aos 18 anos, emancipou-se da tutela do notabilíssimo estadista e general Byram Khan.

Criado no campo e ao fragor dos combates, Akbar era sempre guiado por uma estrêla feliz. Foi, a bem dizer, o verdadeiro fundador do Império Mogol, e é o orgulho e ornamento da sua dinastia. A história aponta-o com o título de «Magnífico e Grandioso».

Durante o seu longo e próspero reinado, foram sempre ótimas e amistosas as relações políticas com os portugueses.

Dom Luís de Ataíde, Conde de Atouguia, Vice-rei da Índia, ilustre entre os mais ilustres, mereceu do Imperador tão elevado conceito, que lhe coube a honra de receber dêle uma embaixada, a qual lhe trazia o pedido de enviar, para a sua Côrte, dois padres doutos, com os livros sagrados.

Francisco de Sousa, no *Oriente Conquistado,* e Francisco Goldie, arcebispo de Bombaim, no seu livro *The First Christian Mission to the Great Mogol* (Dublin, 1897), dão conta dessa missão. O Conde de Atouguia atendeu-o pressurosamente.

Diz ainda Francisco de Sousa, alargando as suas informações, que Akbar mandou com o embaixador uma *grande esmola* para a Misericórdia de Gôa, cabeça de tôdas as mais do Oriente, e, também, «muita quantidade de porcelanas para se dar nelas de comer aos pobres».

Campbell, no seu livro *Tana,* assevera que nos tratados celebrados entre o Imperador Mogol e os portugueses, êstes obtiveram sempre os melhores resultados.

Finalmente, os generais de Akbar, ousados e ambiciosos, sempre que manifestassem vontade de nos molestar atacando os nossos territórios, vizinhos dos seus, suspendiam o seu furor guerreiro, impedidos pelo Imperador.

Quem insinuaria no ânimo do Imperador para acudir à Misericórdia com esmolas? Quem lhe sugeriu a pedir ao Vice-rei, Conde de Atouguia, para mandar padres católicos à sua Côrte? Que vontade oculta, mas forte e constante, imperava junto de Akbar?

Vamos responder, em face de autorizadas opiniões.

Akbar, não obstante maometano, casou pela primeira vez com uma formosa princesa hindu rajput, de Jodpur. Teve dela dois filhos gémeos, e ambos morreram passados poucos meses. Pouco tempo depois nasceu-lhe outro filho, a quem pôs o nome de Salim. Ignora-se a sorte dêste filho e da sua mãe.

Fred Fanthome, no seu livro *Reminscence of Agra*, dá preciosas informações àcêrca duma Maria Makany, que diz ter sido espôsa cristã de Akbar, e considera-a «verdadeira Andrómeda, cuja beleza era realçada pela sua virtude e outras qualidades recomendáveis».

Luís Rousselet escreve na sua *India dos Rajahs:* «Ao lado do mausuleu de Akbar, fora do recinto, se levanta um vasto e rico cenotáfio, encerrando o túmulo da espôsa cristã do Imperador, a Begum Mária, ou Mariyam-uz-Zamani.» O coronel Rincaid, escritor, confirma o facto de que Akbar tinha uma espôsa cristã, que se chamava Maria, e que era mãe de Jehangir, que o sucedeu no trono.

O padre Henry Lewis e o dr. Hunter, também historiadores distintos, não hesitam em aceitar como verídico o facto apontado pelas acima mencionadas autoridades, e vão ainda mais longe, assegurando que a Imperatriz tinha uma irmã, de nome Juliana, a quem dera de casar com o príncipe Bourbon, fugido de França em conseqüência dum duelo em que matou um seu parente.

Quem era essa Maria Makany, mencionada por tantos e tão ilustres escritores como espôsa de Akbar? O falecido investigador e douto indianista Ismael Gracias, após cuidadosos estudos, assegura que Makany era a corruptela de Mascarenhas, como Redif foi de Rodolfo.

Não pode haver dúvida sôbre êsse facto, tanto mais que se prova, à evidência, que as relações amistosas existentes entre o poderoso Imperador Mogol Akbar e os portugueses, foram devidas à influência da sua espôsa portuguesa.

Quando das nossas viagens pela Índia tivemos uma prova directa dêsse facto. Tendo estado em Bohpal, reino nativo e próspero, fomos hóspedes dos Bourbons. Seu filho mais velho, Brás, da casa militar da

Rainha, católico, embora trajado a mouro, manifestando a sua simpatia pelos portugueses, dizia-nos que êste sentimento era bem natural, porque a sua antepassada era portuguesa e irmã da espôsa do Imperador Akbar, que muito protegeu os Bourbons, e foram sempre governadores do serralho imperial.

No mais, os escritores acima mencionados, indicando a nacionalidade da espôsa de Akbar, como prova da sua asserção, êles a documentam mostrando que a sua influência na Côrte dos Mogóis, foi tão incontestável que no sumptuoso palácio mandado construir para residência da Imperatriz, havia a demonstração da sua constante e inabalável fé cristã nos ricos mármores em que o cinzel de exímios artistas apresentam a vida de Cristo e da Virgem Maria.

E para reforçar tão autorizadas opiniões, aí estão os padres portugueses, que foram a chamamento de Akbar e obtiveram dêle generoso tratamento, atendendo a todos os seus pedidos; e quando manifestaram vontade de fazer a propaganda da religião cristã entre os seus súbditos, deu-lhes todo o apoio e liberdade.

Tudo isso se deve atribuir a Maria Mascarenhas, a essa «órfã d'el-rei», que longe da Pátria, feita Imperatriz, cercada de fausto e riquezas, venerada pelo público, amada e respeitada pelo Imperador, seu espôso, — não se esquecia por um momento que era portuguesa, lembrando-se das suas companheiras, as asiladas, concedendo preciosas dádivas à Misericórdia, e estendendo o seu valimento como Imperatriz em benefício da expansão e progresso do Império Lusitano no Oriente.

JOSÉ F. FERREIRA MARTINS

DUAS POLÍTICAS

PORTUGAL AGRÁRIO OU PORTUGAL COLONIAL?

O português que há anos viajando na Europa, se sentia vexado pelo conceito geral que considerava o seu país, uma dependência mais ou menos soberana, de omnipotente Albion, estremecia pelo contrário de orgulhoso contentamento, ao constatar o tom de respeitosa simpatia com que o nome de Portugal era pronunciado no Extremo-Oriente.

Na Ceilão de paisagens paradisíacas, encontra a cada passo, os Silvas, os Albuquerques, e tantos outros indígenas mantendo através dos séculos os seus nomes bem portugueses, muito embora do nosso idioma, apenas conheçam aquelas palavras com que se apelidam. Em Singapura, orgulhosa da sua categoria de primeira base marítima do mundo Oriental, os retratos dos nossos antigos capitães-mores de Malaca, pendem das paredes dos museus, e as formidáveis bombardas experimentadas em tantos assedios, jazem aos montes, ostentando as inscrições com que saíram das riais fundições de Portugal. Em Java, em Sumatra, e em numerosas daquelas ilhotas, perdidas na vastidão do arquipélago Malaio, encontram-se vestígios de Igrejas e Castelos, restos bem reconhecíveis enfim, dum poder que até ali chegara.

E para se ver que a tradição portuguesa não está apenas confinada no âmbito restrito dos meios de investigação histórica, mas que mergulha bem fundo no âmago das massas populares, há as romagens supersticiosas de aldeãs estéreis, até junto dum vetusto canhão, na esperança de que se opere o milagre de poderem conceber.

Mas, se êsse Português viandante, abandonando essas realidades *ainda vivas*, mergulhar na leitura das crónicas seiscentistas *já mortas*, sentirá aumentar o seu espanto ao ver que em 1471 os seus Reis embarcaram em 477 velas, uma expedição de 30.000 soldados, afim de irem à conquista de Arzila; que num período de 100 anos tinham singrado para a Índia, 806 naus, galeões e navios de alto bordo dos quais lá ficaram 285 em serviço; e finalmente que desde 1415 até 1580 não se passava um único ano em que não se fizessem novas conquistas, se não descobrissem terras desconhecidas, se não aliassem em suma, os rudes trabalhos dum batalhar infrene, às delicadas locubrações científicas de incansáveis mareantes.

Então, o triste descendente de tantos heróis, vergando ao pêso de recordações que *viu*, quando passou por aquelas terras mordidas pelo sol inclemente, e que *imaginou*, ao ler as «relações» das armadas, não se pode impedir de preguntar: — Mas, oh Deus do Céu, se o Portugal de agora, com os seus 6 milhões de habitantes, aparece perante o mundo como um organismo, sem a vitalidade precisa para conservar menos de *metade* do que já possuiu, como é possível, que êle há 400 anos, povoado apenas por 2 milhões, tivesse conquistado e organizado tão colossal Império?

Se o Portugal de agora, nesta era de transatlânticos monstruosos, de telégrafos instantâneos, de industrializações febris, teve de deixar sucumbir ao abandôno na Flandres e na África, tantos dos seus filhos, por não ter paquetes que lhes levassem reforços, por não fabricar agasalhos com que os vestisse, por não produzir mantimentos com que os alimentasse, como foi possível, dispor naqueles recuados tempos, de veleiros para embarcar num único dia, tantos milhares de soldados, de armamento para que o desembarque simultâneo em terra inimiga se fizesse combatendo e de víveres para tanta bôca, após a peleja? Como foi possível manter durante todo um século, aquele esfôrço ininterrupto de instensivas construções navais e de remessas anuais de tropas a combater, de navegadores a descobrir, de camponeses a povoar? Nestes tempos em que Portugal teve de mendigar návios para embarcar contingentes máximos de 1.000 homens de cada vez, de esmolar pão, fardas e munições para os seus combatentes do C. E. P., de pedinchar enfim o dinheiro para pôr em pé e aguentar tão mal, aquela engrenagem, durante 2 escassos anos, nestes tempos, diziamos, de penúria de recursos materiais e morais, é que se pode avaliar bem o potencial do Portugal do século XVI, nas suas complexas e integrais manifestações de potência militar, naval, mercante e financeira! Milagre de energia, inteligência e capacidade foi o daqueles 100 anos!!

*

*   *

Mas Portugal, como um specimen de raça pura, em cujas veias circula o sangue de guerreiros, santos e poetas, não se resigna a sucumbir, sem um protesto veemente. E daí, o estremeção violento do último ano do reinado de D. Carlos, trabalhando-se numa reforma caracterizadamente administrativa; o lampejar de Sidónio, reformando-se a engrenagem política, pela montagem duma câmara corporativa, audaciosa inovação realizada 10 anos antes da fascista; e finalmente o metódico labutar de Salazar, ligando as duas ideas e lançando os caboucos do Ressurgimento.

Será êste o canto de cisne de quem vê chegada a hora de servir de pasto a apetites vorazes, antevendo-se já despojados dos seus domínios coloniais e reduzido à triste sorte de gleba continental, prestes a ser integrada na Espanha sempre absorvente?

Portugal, terá pelo contrário ainda elementos que respondam à chamada para o esfôrço viril, heróico e audaz, de fazer seguir estes últimos 100 anos de dissídios internos e lutas de facção, por outros 100 duma cruzada ingente contra a barbaria material, intelectual e moral de milhões dos seres súbditos negros?

Será chegado o momento em que os Portugueses, readquirindo a mentalidade dos tempos *heróicos*, em que terçavam armas com a moirama, deixem de trocar lançadas entre si, para as apontar contra os infiéis de agora, os luteranos do hemisfério Sul, que se preparam para nos arrebatar Angola e Moçambique?

Será chegado o momento, em que os Portugueses iguais aos dos tempos *austeros*, deixarão de se enredar em discussões de conceitos filosóficos quanto à governação pública, para se confinarem no âmbito restrito, mas de repercussões formidáveis, das suas ocupações profissionais de edificadores do Império?

Será enfim, chegado o momento de Portugal, embora em proporções mais modestas, voltar a *ser* o que *foi*, soldado mareante, agricultor e povoador?

Tremendas interrogações são estas, que bolem com o Destino duma raça, e a que ninguém poderá responder com rigor científico, restando-nos porém a fé dos crentes, que nos leva a afirmar, que o esfôrço dos governantes encontrará nas massas profundas da Nação, aquele fecundo conjunto de energias, inteligências e caracteres, que requer a execução duma grande obra de Renascimento e sem o qual, tôdas as tentativas em tal sentido são condenadas a estiolar. Necessário, se torna porém, que em momentos críticos como estes, em que se decide o Destino dum País, haja inteligência e firmeza em se marcar o rumo. *Portugal, deverá voltar a ser agrário, concentrando tôdas as suas energias, na valorização do território continental, utilizando inclusivamente para isso, o produto da alienação dos seus domínios ultramarinos, ou deverá pelo contrário manter e desenvolver a sua característica de país colonial, ligando os seus destinos à valorização dos territórios de além mar.*

Os dois pontos de vista que presentemente pairam no ar, *Portugal agrário* ou *Portugal colonial*, não são mais do que a ressurreição daqueles que se puzeram à Nação, após a morte de D. João I. O país deve trocar a *boa capa* do povoamento interno, da arroteia dos incultos, do incremento do comércio e indústria, e da manutenção duma longa paz, pelo *mau capêlo* da colonização ultramarina, das descobertas de novas terras e das conquistas longínquas? Portugal deve optar pela primeira política, a do Infante D. Pedro, prática, comezinha, ditada pelo bom senso, conduzindo a uma prosperidade lenta mas sólida, sem sobressaltos nem inquietações de grande monta? Ou pelo contrário, deve continuar a gizada pelo Infante D. Henrique, convenientemente adaptada às actuais circunstâncias da colonização, sacrificando as comodidades e vantagens imediatas da Metrópole, às necessidades de valorização dos domínios ultramarinos, ligando o seu destino de país europeu, às contingências, às surprezas e aos perigos duma política internacional e colonial?

Portugal em suma, orientará a sua política, no sentido de se limitar a ser uma Suíça turística, aonde o Sol desempenhe o papel que alí tem a neve, contente no seu papel de país modesto, bem comido, bem dormido, regularmente intelectualizado, mas sem locubrações que lhe perturbem a digestão, e sorrindo com bonhomia e tolerância, das loucuras imperialistas que na sua mocidade praticou em Marrocos, na Índia, e no Brasil, que o lisongeam, sim, mas que não está disposto a renovar, por isso mesmo que as considera extravagâncias de rapaz?

Ou Portugal pelo contrário, entendendo que o Destino dos Povos como o dos Indivíduos, não se deve resumir em digerir e gozar, mas sim em se criar no tempo e no espaço, uma situação que os imponha à consideração e respeito mundiais, opta pela reedição dos seus trabalhos de Hércules do Século XVI, chamando ao convívio da civilisação, os povos dela arredados? Quererá êle voltar a ser o paladino da moral cristã, substituindo as concepções religiosas, cruelmente bárbaras de tríbus cafreais, pelas máximas fraternais em que comunga a quási totalidade dos seus habitantes voltar a ser o inimigo do preconceito sôbre a inferioridade intrínseca das raças de côr, o edificador enfim, dum *Império tanto de ordem temporal, como espiritual,* que fique assinalado na história mundial?

O escol da Nação não pode deixar de opinar porque êste último critério seja aquele que venha a constituir o norte da política portuguesa, abandonando-se o exclusivismo presunçoso dos melhoramentos metropolitanos, com muitos chafarizes, esgôtos e iluminações, para que o país se possa concentrar num grande esfôrço financeiro, administrativo e de fomento a exercer no Ultramar. Sacrificando a execução de melhoramentos *internos de importância secundária,* à política de realizações *coloniais* reputadas de *capital alcance.* Portugal deverá dar um balanço rigoroso aos seus recursos *em dinheiro e em homens,* e numa acção intensa, contínua e fulgurante, fazer agora enquanto é tempo, em África, o que fez outrora no Brasil. A Nação como há quatro séculos, deverá viver não com os olhos baixos, fitando a terra que trabalha, mas sim visionando os horizontes longínquos dos seus domínios para além do Mar, e procurando desenvolvê-las, de modo a servirem para que Portugal deixe de ser a pequena nêsga de 90.000 quilómetros quadrados e 6 milhões de habitantes, para se apresentar perante o mundo, como um bloco poderoso e homogéneo de muitos milhões de portugueses, vivendo sob a mesma bandeira e as mesmas leis, na Europa, na África, na Ásia e na Oceania.

Aos políticos de fina intuição e superior capacidade, não são necessárias as provas estatísticas das vantagens materiais da posse de colónias; a sua agudeza entrevê e como que advinha os lucros em escudos, que resultam da simples constatação de tal facto; àqueles porém que têm a pretensão de negar o valor a tudo o que se não possa traduzir numa fórmula algébrica, poder-se-ia dizer: Querem saber concretamente alguns dos lucros que Portugal colhe dos seus domínios ultramarinos?

Vejam quantos funcionários há espalhados por todos êles e em presença das dotações orçamentais consignadas ao pagamento dos seus ordenados, constatarão que é de respeito essa verba que os sustenta a êles e suas famílias. Vejam quantos comerciantes, industriais e plantadores lá trabalham, pensem naqueles que ainda para lá poderão ir labutar em melhores condições do que aqui, e digam-nos se em presença dos entraves que todos os países estão pondo à emigração não é uma vantagem e grande, Portugal possuir essa saída para o seu excesso populacional. Pensem nos milhões de litros de vinho, cerveja, águas minerais, que se lá colocam, nas toneladas de tecidos e outros artigos que enviamos, somem êsses escudos aos capitais vivendo das carreiras de navegação, de companhias de seguros, etc., e verão que isso atinge proporções fantásticas. É certo que por sua vez a Metrópole, em troca de tais vantagens, suporta pesados encargos com os benefícios pautais concedidos aos produtos ultramarinos e sem os quais êles não poderiam enfrentar a concorrência, mas tudo isto serve apenas para mostrar que os interêsses da Metrópole e colónias se devem entrelaçar intimamente, não havendo lugar para duas economias diferentes, com pretensões, a disputarem-se o papel de vítimas imoladas aos interêsses uma da outra.

Resumindo: A *Doutrina* sôbre a política a adoptar, existe, é antiga e quando foi aplicada, deu resultados esplendorosos; resta agora, apenas, acomodá-la ao momento actual, concretizando-a na elaboração dum vasto plano de valorização colonial. *Recursos financeiros,* fornece-os o país, num nobre e ingente esfôrço de que poucos o julgavam capaz. *Chefes* fê-los surgir uma das muitas convulsões revolucionárias, que por isso encontrará na história a sua justificação, competindo-lhes a êles agora, encontrar os auxiliares dignos das suas intenções.

Grande coisa é aquilo que se pretende realizar, mas atentem os chefes que obras tais, nunca se fizeram com mediocridades, mas sim com pessoal de élite. O esfôrço que requer a corporização de tão grandioso sonho, como o de fazer erguer um país adormecido às culminâncias de outrora, só pode ser conduzido por temperamentos de excepção, que dêem não quanto devem, mas sim tudo quanto podem, que não se limitem ao stricto cumprimento da Lei ou do Dever, mas ultrapassem mesmo aquilo que razoàvelmente lhes poderia ser exigido, que se abrazem enfim nas labaredas que o seu entusiasmo tiver incendido. Vá-se aos chefes de postos, de circunscrições, de distritos, e de colónias que tenham marcado uma situação excepcional, caracterizada pela sua largueza de vistas, pela têmpera de lutadores, e pela honorabilidade inconcussa, e valorizem-se sem mesquinhez, pois dada a vastidão da emprêsa e a exigüidade dos meios materiais, é com êles principalmente que há a contar.

Vá-se a todo o restante funcionalismo e generalizando-lhe uma política de saneamento implacável, pois nas colónias é indispensável ser mais honesto, mais trabalhador e mais competente que na metrópole, enlouqueçam-se de entusiasmo, tantos e tantos que só esperam um *mot d'ordre.*

Vá-se até junto daqueles que regam os sertões com o suor do seu rosto, agricultando, comerciando, criando riqueza enfim em bases honestas e seguras, e em lugar de se considerarem simples matéria fiscal, honrem-se com dignidades e ajudem-se com facilidades que não deve haver pejo em negar a outros.

Vá-se enfim por tôda a vastidão do Império, arrancar da sombra em que permanecem, usos conhecidos pelas obras extraordinárias que já efectivaram, e outros que pela sua preparação mental marcam como expoentes máximos, e com êsses elementos experientes, brilhantes e galvanizadores, constituam-se os quadros que hão-de conduzir a enorme massa dos obreiros do Império. As grandes obras fizeram-se sempre, sacrificando sem dó nem piedade os incapazes e valorizando sem escrúpulos os excepcionais.

Que o Ministro das colónias da Ditadura, porque é o duma Ditadura, assim o entenda e o execute sem transigências, são os votos de quem espera vê-lo figurar na galeria dos criadores de grandes planos!

TEÓFILO DUARTE

COSTUMES INDIGENAS

«O CHÔRO»

Por HENRIQUE GALVÃO

Certa tarde, entre Capelongo e Mulondo, procurava um auxiliar negro para uma espera aos elefantes, topei com um preto açodado, a quem pretendi contratar para a aventura:

— Esta noite não pode, *siô*... Tem chôro!

E abalou em passo estugado a caminho da *sanzala*.

Vim então a saber que dois dias antes tinha morrido o Malupo, inesperadamente, de mal enraízado em feitiçarias que o *quimbanda* (1) tratava de apurar.

Quando deram pela morte, conforme praxe e costume entre o gentio, o primeiro acto a realizar devia consistir em prevenir a mulher ou, na falta desta, o parente mais próximo. Mandam a cortezia e a humanidade indígenas que a prevenção se faça em hora de boa disposição da inadvertida viúva.

E foi Jafé — uma velha tia — a encarregada de transmitir a má nova.

A hora de melhor disposição para uma preta é aquela em que come. Foi, portanto, durante a refeição da tarde, quando a consorte enterrava os dedos recurvados, à laia de colher, no saboroso pirão do jantar, que a Jafé, tocando-lhe com a mão no quadril, comunicou gravemente:

— Morreu o teu homem!

Estabelece o ritual que, em casos tais, a viúva deve desmaiar ou debater-se em tresloucado *fanico*. E ela assim fez: Revirou os olhos, como a onça nas vascas da morte, guinchou com estridências de símio e escabu-

(1) Médico e feiticeiro indígena.

jou no chão quanto pôde. Passada a dolorosa fúria, o cadáver foi conduzido para dentro da cubata e partiram emissários a prevenir todos os parentes conhecidos do defunto.

Entretanto tôda a vida da *sanzala* retomava a sua calma habitual. Até à reünião de todos os parentes cada um voltou a tratar das suas ocupações, sem se importar mais com o defunto, que jazia no interior da sua cubata, a contas com legiões de môscas. Apenas alguns especialistas iam preparando cuidadosamente o *macau* (1) que havia de acompanhar a dor profunda dos vivos.

Três dias depois — exactamente quando topei o meu preto açodado — chegava o último parente.

Era a ocasião de principiar o *chôro*.

Juntaram-se todos em volta da cubata do morto, fúnebres e compungidos — e a cerimónia começou. Todos à uma desataram em berreiro de aflição, desfraldando copiosos gestos, movimentando-se num batuque bárbaro de dolorosa expressão coreográfica. Depois veiu um ao meio da roda e todos os mais se calaram recolhidamente. Levantou os braços e, imitando gestos habituais do finado companheiro, contou:

— Um dia êle foi à caça e matou o mais lindo *nunce* (2) destas terras.

E todos, em côro, como se os comandara a batuta dum maestro, desataram a chorar outra vez:

— Ah! Aaaaah! Aaaaah... Aaaaah...

Outro veiu ao centro do círculo e referiu:

— Êle tinha o mais lindo boi preto — um boi-soba!

E a malta carpia-se estrondosamente:

— Aaaaah! Aaaaah! Aaaaah!...

E assim continuou o chôro noite fora. Através do negro da noite, por entre os ramos bárbaros da mata adormecida, a toada lúgubre e rouca, esgueirava-se a distâncias, como um dobre de finados. O *macau* acompanhava abundantemente a cerimónia.

De madrugada — já os galos cantavam nas sanzalas próximas e os primeiros alvores esfaqueavam as trevas — ainda se ouvia lá no alto, rouca, compassada, animada pelo alcool, a sombria toada:

— Aaaaah! Aaaaah! Aaaaah!

O chôro continuava — e só havia de acabar quando a embriaguez e a fadiga os prostasse a todos.

---

(1) Bebida alcoólica fermentada, que se fabrica com farinha de massambala.
(2) Antílope.

ANTOLOGIA COLONIAL

CARTA DE MOUSINHO DE ALBUQUERQUE A SUA ALTEZA O PRÍNCIPE REAL D. LUÍS DE BRAGANÇA

Do Folheto «ENTRE MORTOS» de PEDRO GALVÃO / Editora—1908

Quando Vossa Alteza chegou à idade em que a superintendência da sua educação tinha que ser entregue a um homem Houve por bem El-Rei nomear-me Aio do Príncipe Real. Foi Sua Majestade buscar-me às fileiras do Exército. Não escolheu por certo o militar de mais valor mas simplesmente aquele a quem uma série de acasos felizes mais ensejo dera de provar que sabia, custasse o que custasse, obedecer ao que lhe era ordenado e que também sabia, doesse a quem doesse, fazer cumprir as ordens que dava.

Não por certo a Vossa Alteza como filho e como súbdito e menos a mim como soldado compete apreciar e criticar as determinações de El-Rei.

A Vossa Alteza como a mim deu Sua Majestade uma ordem, a ambos nós cumpre obedecer-lhe e nada mais. Mas para bem lhe obedecer não basta ver-lhe a letra, é necessário estudá-la, entendê-la, descortinar-lhe o espírito. Escolhendo um soldado para vosso Aio que fez El-Rei? Subordinou a educação de Vossa Alteza ao estado em que se acha o país.

Nesta época de dissolução, em que tão afrouxados estão os laços da disciplina, entendeu Sua Majestade que Portugal precisava mais que de tudo de quem tivesse von-

tade firme para mandar, fôrça para se fazer obedecer. E como ninguém pode ensinar o que não sabe, o que não tem praticado, foi El-Rei procurar o Vosso Aio à classe única em que se encontra quem obedeça sem reticências e mande sem hesitações.

Por êsse motivo o primeiro dos meus deveres é fazer de Vossa Alteza um soldado. É Vossa Alteza Príncipe, há-de ser Rei, ora Príncipe e Rei que não comece por ser soldado é menos que nada, é um ente híbrido cuja existência se não justifica. Há poucos anos andava pela Europa, num exílio vagabundo de judeu errante, um Imperador que num momento de crise esqueceu que o seu título vinha do latim *Imperator*, epíteto com que se saüdavam os vencedores, e que se não vence sem desembainhar a espada — sine sanguine vitória non est.

Por um êrro igual já subiu um Rei ao cadafalso e outros foram despedidos do trono, para o exílio sempre doloroso e humilhante. Príncipe que não fôr soldado de coração, fraco Rei pode vir a ser.

O que foram na verdade os Reis primitivos? Guerreiros audaciosos que os companheiros de armas levantaram nos escudos acima das suas cabeças.

E o que foi o maior dentre os Reis, aquele cujo nome ribomba como um trovão na história dêste século? Um militar ambicioso que, elevado ao Império pelos seus soldados, não se deu por contente enquanto não pôs o pavez que o levantava em cima das costas dos outros Reis da Europa que lhe serviram de pés ao trono. E entretanto, a despeito da sua incomparável grandeza, de ânimo, a despeito das qualidades únicas de mando com que a Providência o dotara, talvez para castigo de muitos, por certo para exemplo de todos, caíu êsse colosso e o grande Imperador foi derrubado por êsses mesmos que tanta vez vencera.

Faltava-lhe a tradição da Monarquia, da linhagem Real, que cimenta e consagra a autoridade dos Reis legítimos.

Mas nessas mesmas linhagens Reais só foram grandes os que souberam lançar mão da espada sempre que lhes foi necessário. Por isso, repito, primeiro que tudo tem Vossa Alteza que ser soldado,

Aprenderá a sê-lo na história dos seus avós. Êste Reino é obra de soldados. Destacou-o da Espanha, conquistou-o palmo a palmo um príncipe aventureiro, que passou a vida com a espada segura entre os dentes, escalando muralhas pela calada da noite, expondo-se à morte a cada momento, tão queimado do sol, tão cortido dos vendavais como o ínfimo dos peões que o seguia. Firmou-lhe a independência o Rei de boa memória, que tantas noites dormiu com as armas vestidas e a espada à cabeceira, bem distante dos regalos dos Paços Reais. E, para a formação da Vossa Casa, concorreu com êle o mais bravo dos seus guerreiros, simbolizou e resumiu em si quanto havia de nobre e puro na história Medieval, um herói e um santo. Mais tarde o Príncipe Perfeito, depois de haver mostrado que sabia terçar lanças em combate como o melhor dos cavaleiros, depois de haver abatido de vez tôdas as cabeças que se

erguiam por demais altivas perante a Corôa Real, deu pela fôrça da sua vontade de ferro um impulso de tal ordem às nossas naus que foram ter ao Cabo da Boa Esperança, abrindo a Portugal o caminho por onde chegou ao apogeu da glória. Soldados se lhes pode bem chamar a êstes porque tiveram o desapêgo da vida, a fôrça no mando, a obediência cega àquilo que acima de tudo deve imperar os Reis — a idea fixa e pertinaz da glorificação do seu nome e da grandeza do Reino onde Deus os fez os primeiros dentre os homens.

Para não ser injusto nem ingrato não deve Vossa Alteza lembrar-se sòmente dos felizes porque nem só êles foram soldados. Houve um Rei de Portugal, que, não podendo ser vencedor, soube morrer herói. Não tendo alcançado a vitória ambicionada, procurou a morte gloriosa. «A liberdade Real só se perde com a vida» foram as últimas palavras que se lhe ouviram e do cativeiro infamante salvou-o a morte, única libertadora invencível, porque, não há algemas que prendam um morto. Errou, é certo, mas a morte de valente, expiatória e heróica, redime os maiores êrros. Bem merece êle o nome de soldado, bem estudada e meditada deve ser a sua História porque pelo estudo e pela meditação se formam as almas e a alma dum Príncipe para tudo deve estar temperada, até para as maiores desgraças.

Soldado também e como poucos foi D. Pedro IV. Trabalhou e combateu como soldado e teve a audácia precisa nos lances decisivos, a resignação estóica nas mais dolorosas crises, a presença de espírito nas situações mais difíceis, a decisão rápida e pronta para aproveitar as vitórias. E tanto se lhe enraízaram na alma os brios de soldado que, quando se viu insultado, apupado sem poder desembainhar a espada que tão bem o houvera servido, estalou de dor. As chufas com que o populacho cobarde e ingrato lhe pretendeu enlamear a farda foram-lhe direitas ao coração; mataram-no.

Estude Vossa Alteza a história dos seus avós. Lei-a, relei-a, medite-a, estude-a, meta-a bem na cabeça e no coração. Na convivência dêles aprenderá Vossa Alteza a ser como êles forte, justo, simples e verdadeiro,

E bem compenetrado do que Êles fizeram, conhecendo-lhes a vida dia a dia, sentirá Vossa Alteza que dÊles vem, que é um dÊles. Assim sonhará com futuros de glória que se assemelhem a êsse passado de grandeza, e sonhar assim é uma felicidade e uma fôrça. Triste do homem que só cuida do presente, que só preza a intimidade dos vivos; pobre daquele que precisa adormecer para sonhar com o futuro. No olhar saüdoso para o que já passou, no imaginar o que há-de vir se vai formando a alma, se lhe vão apurando as qualidades, desenvolvendo a fôrça. E chegada a ocasião de as aproveitar, de as pôr em acção, cai-se-lhe em cima como o milhafre sôbre a presa e não se deixa escapar. A ciência da vida assemelha-se à arte da guerra em que numa e noutra é mais preciso que tudo aproveitar as ocasiões e para o fazer é necessário o exercício constante, a treinagem; ora o estudo e a meditação constituem a treinagem do espírito.

Nasceu Vossa Alteza numa época bem desgraçada para êste país. Foi talvez um favor de Deus porque mais na desventura que na felicidade se prova a fôrça de carácter; em todo o caso é bem certo, meu Senhor, que a Vossa história tem sido muito triste porque, convença-se bem Vossa Alteza de que os Príncipes não têm biografia, a sua história é, tem que ser a do seu povo. Nessa história entretanto há algumas páginas que Vossa Alteza pode ler sem que lhe córem as faces de vergonha, sem que lhe subam aos olhos lágrimas exprimidas do coração triturado de humilhações. Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na história do Portugal contemporâneo escrevemo-las nós, os soldados, lá pelos sertões da África, com as pontas das baionetas, e das lanças a escorrer em sangue. Alguma coisa sofremos, é certo; corremos perigos, passámos fomes e sêdes e a não poucos prostravam em terra para sempre as fadigas e as doenças.

Tudo suportámos de boa mente porque serviamos El-Rei e a Pátria, e para outra coisa não anda neste mundo quem tem a honra de vestir uma farda. Por isso nós também merecemos o nome de soldados; é êsse o nosso maior orgulho.

Tudo é pequeno neste nosso Portugal de hoje. O mar já não é «curral das nossas naus» mas sim pastagem de couraçados estranhos; foram-se-nos mais de três partes do Império de Além mar e Deus sabe que dolorosas surprêsas nos reserva o futuro. Não tiveram, portanto, as guerras em que agora temos andado o brilho épico dos feitos dos nosssos maiores. Mas no campo restrito em que operamos, com os poucos recursos de que dispunhamos, não fizemos menos nem pior de que os outros bem mais ricos e poderosos.

A que devemos êste resultado? A que no homem do povo em Portugal ainda se encontram as qualidades de soldado: a resignação, a coragem fria, a disciplina, a confiança nos superiores e, mais que tudo, a subordinação. E é preciso que Vossa Alteza, soldado por dever e direito de nascimento, se possua bem da idea de que a subordinação é a primeira dentre as virtudes militares.

Já o tenho ouvido alcunhar de *renúncia da vontade.*

Ora ninguém como o soldado carece de fôrça de vontade porque mais que em coisa alguma se demonstra ela na prática da obediência. Renunciar ao capricho, ao egoismo, à indolência, a tudo quanto o vulgar dos homens mais aprecia e estima, ter por único fim o servir bem, por único enlêvo a glória, por único móvel a honra e a dignidade não é *renúncia de vontade.*

E se nós, que somos soldados sòmente desde o dia em que nos alistámos e podemos voltar à classe civil de onde saímos, precisamos para tudo de muito o *querer e saber querer*, quanto mais um Príncipe para quem nascer foi assentar praça e que só pode ter baixa para a sepultura.

De vontade e vontade de ferro precisará Vossa Alteza no duro mister, para que Deus o destinou. Houve Reis, meu Senhor, que para desgraça dos seus povos adormeceram no trono em cujos degraus haviam nascido e nesse dormir esqueceram a missão que lhes cumpria desempenhar. No fim do século passado o povo francês sacudiu-os de forma tal que os deveria ter acordado para sempre; e desde então, Príncipe que dormitasse no trono acordava no exílio. Assim deve ser.

Castiga-se a sentinela que se deixa vencer pelo sono e o rei é uma sentinela permanente que não tem folga porque, nomeado por Deus, só Êle o pode mandar render e então envia-lhe a morte a chamá-lo ao descanso, Enquanto vive tem o Rei de conservar os olhos sempre abertos, vendo tudo olhando para todos. Se nele reside o amparo dos desprotegidos, o descanso dos velhos, a esperança dos novos; se dêle fiam os ricos a sua fazenda, os pobres o seu pão, e todos nós a honra do país em que nascemos que é a honra de todos nós!

Para semelhante posto só pode ir quem tenha alma de soldado. Porque ser soldado não é arrastar a espada, passar revistas, comandar exercícios, deslumbrar as multidões com os doirados da farda. Ser soldado é dedicar-se por completo à causa pública, trabalhar sempre para os outros. E, para se convencer, olhe Vossa Alteza para o soldado em campanha. Porventura vê-o só a marchar e a combater? Cava trincheiras, levanta parapeitos, barracas e quarteis, atrela-se às viaturas, remenda a farda, cosinha o rancho e o que tem de seu trá-lo às costas, na mochila.

Desde os mestéres mais humildes até ao mais sublime, avançar de cara alegre direito à morte, tudo faz porque todo o trabalho despido de interêsse pessoal entra nos deveres da profissão. Trabalho gratuito sempre porque o vencimento do militar, seja pret, sôldo ou lista civil, nunca é a remuneração do serviço, por não haver dinheiro que pague o sacrifício da vida.

É assim que, por mais que espíritos desorientados tenham querido obliterar as tradições de honra do Exército, a profissão entre tôdas nobre, foi, é e há-de ser sempre a militar porque nela se envolve tudo que exige a anulação do interêsse individual perante o da colectividade. É por isso que ninguém como o Rei tem de se esquecer de si para pensar em todos, por isso que ninguém como Êle tem de levar a abnegação ao maior extremo; ninguem como Êle precisa de ser soldado na acepção mais lata e sublime desta palavra, soldado pronto da recruta em tôdas as armas, instruido em todos os serviços, desde o do cavaleiro que, numa galopada desenfreada através duma saraivada de balas, vai completar com a carga a derrota do inimigo, até ao do maqueiro que vai buscar os feridos à linha de fogo, ao enfermeiro que dêles cuida na ambulância. Tão bom Rei, tão bom soldado foi D. Pedro V nos hospitais como outros nos campos de batalha, porque a coragem e abnegação são sempre grandes e nobres seja onde fôr que se exerçam e tudo que é grande e nobre é próprio de Rei e de soldado.

Não faltará ensejo a Vossa Alteza de revelar aquelas qualidades. Não lhe escassearão por certo provações e cuidados, revezes que trazem o desconfôrto ao espírito,

lances dolorosos que desconsolam da vida. Para todos êles carece Vossa Alteza de estar preparado, temperado pela educação, pelo estudo dos bons exemplos, pela firme vontade de vir a ser um Príncipe digno dêsse nome e do da sua casa.

E para ser Príncipe é preciso primeiro que tudo ser homem.

Se para descanso do Seu espírito vaticinasse a Vossa Alteza um futuro risonho de despreocupações e gozos, faltaria por completo a meu dever.

Ao escolher-me para vosso Aio disse-me El-Rei — «Faze dêle um homem e lembra-te que há-de ser Rei». Proporcionando a Vossa Alteza o conhecimento do que fizeram em África os seus mais leais servidores, apontando-lhe com seu exemplo, procurando temperar-lhe a alma para as mais duras provas porque pode vir a passar não faço mais que cumprir as ordens de El-Rei, e procurar, como o tenho sempre feito, corresponder à confiança de Sua Majestade.

A Vossa Alteza cumpre realizar as esperanças de Seu Augusto Pai e nosso Rei, as de todos os Portugueses. Que Deus o guie e proteja nesse difícil e glorioso caminho é o mais ardente voto

Do seu Aio muito dedicado.

ARTE INDÍGENA

I

GUINÉ

POR
DIOGO DE MACEDO
ESCULTOR

Contam formosas lendas que a filha do oleiro Dibutades, ao despedir-se do amante que seguia para a caça, e ao aperceber-lhe a sombra marcada na parede, logo correra a traçar o seu contôrno, pedindo ao pai que aquele perfil cobrisse com argila, para regalo da sua paixão que ficava saüdosa. Coberta a sombra com greda, naturalmente, se foi modelando em relêvo, inventando o humilde oleiro, a escultura, que apenas em volume cultivava ao tornear as ânforas, por instinto criadas para seu préstimo, e quiçá em imitação do corpo gracil das donzelas, cujo intuito sexual, em meneios tentadores, o levou a tais subtilezas de forma e de proporções.

Por amor, se não por recônditos segredos de volúpia, assim se inventou a arte dos símbolos, da transfiguração animal, a mais apropriada à glorificação dos deuses. A escultura é a arte mais palpável, mais objectiva, mais ligada ao contacto físico, e portanto, a mais directa do espírito à matéria. Perde-se na noite dos tempos. — «C'est donc un art de Caraïbes», — apregoou Baudelaire. — «Brutale et positive comme la nature, elle est au même temps vague et insaisissable, parce qu'elle montre trop de faces à la fois» —. Sendo o sentimento estético uma das mais brilhantes manifestações da sensibilidade do homem, a escultura é uma das artes que mais lògicamente o tem servido, realizando através das três dimensões da matéria, o relêvo das formas vivas, e muito especialmente o das formas humanas, ao serviço de idéias heróicas, de abstracções poéticas e de objectividades retratísticas. A-pesar-de ser uma arte predestinada à criação de imagens superiores, ela quedou individual e independente, tanto podendo traduzir o meio e os fanatismos em que foi gerada, como acusar-lhes um protesto em favor de pensamentos adversos e correctivos. Saída da época selvagem, no seu magnífico desenvolvimento, ficou uma arte isolada, onde jamais se esconde o carácter do escultor, por maior estilo étnico de raça e de época que a inspire.

Segundo afirma Peladan, — «esta arte difícil de sentir, a-pesar das condições tão precisas da sua manifestação, foi a que precedeu as outras» —. O traço inicial da indústria humana apareceu-nos sob a forma de objectos cerâmicos. A arte rupestre apresenta-nos, talhadas nas rochas e nas grutas — além do desenho gravado —, o relêvo expressivo de grandes felinos, antes que a pintura ou outras artes complementares se hajam revelado às nossas pesquisas. Os esmaltes e os mosaicos surgiram muito mais tarde, e muitas vezes como revestimento da forma. Logo, a escultura foi a pri-

meira arte plástica criada pelo homem, deslumbrado pela mímica e pelas sensações do próprio homem. De aí, as razões da sua tendência naturalista, mesmo quando representa Deus.

Através dos tempos, com as crenças e com as superstições, inspirando-se nas florestas, ergueu-se o templo, que foi o seu natural refúgio. Êste erguido, houve que inventar-lhe os deuses. O escultor imaginou-lhes a forma, imitando a sua própria imagem e a dos animais, mas imprimindo-lhes pelo mistério dos símbolos e das anomalias estéticas, o abstracto invisível que devia conquistar a adoração. Remonta a mil e quinhentos anos antes de Goudéa, a escultura deísta mais antiga que conhecemos, no relêvo de Sirpula, que está no Louvre.

Todos os povos inventaram, cultivaram — e adoram ainda — variados ídolos que a escultura, vai gravando intèrminamente, exaltadamente, humana e ferozmente...

Temos hoje na Oceania e em África inúmeras tribus e povos a que os europeus chamam raças primitivas. Guardam ainda todo o carácter inculto e rítmico dos costumes e crenças que os outros povos abandonaram em prol de uma civilização menos feliz. A sua arte, principalmente escultórica, compõe-se de feitiços, manipanços, divindades, ídolos e singelas figurações animais, ora em grupos, ora isoladas, sempre decorativas e expressivas, representando superstições e retratando a vida indígena. Por vezes é feroz de composição, contorcionada, arrevezada nos símbolos, com instrumentos de guerra, de caça, de bailado, de utilidade, adornada com metais, vidros, cerâmicas, penas e peles, ráfia e pregos, ossos, lama e missangas, numa profusão super-abundante de enfeites milagreiros e coloridos, quási podendo competir com certas imagens das províncias europeias, que nos altares, sobrepejados de oferendas, têm um culto meramente idolátrico.

Também se encontram nalgumas províncias africanas, figuras em pleno-relêvo (visto o meio-relêvo não ser uma característica da sua arte, salvo nos objectos de uso e galanteria), singelas, com ordem nas proporções e lógica nos movimentos, naturalistas de jeito e de gestos, humaníssimas de expressão e graça, decorativas no seu realismo ingénuo, talhadas sobretudo em madeira, quando ainda verde, e depois sêcas a fogo e tatuadas a ferro em braza, coloridas com sumos desconhecidos de plantas corrosivas, sem grandes adornos de elementos ornamentais, sem grotesco de maior, e vagamente zombeteiras ou fanáticas. Dentre as raças africanas que cultivam esta escultura calma e de estilo realista, destacam-se em primeira fila as da Guiné portuguesa, e sobremaneira a do arquipélago de Bijagoz, raça de plásticos e com tendências fáceis à assimilação ocasional dos ritos ou surprêsas dos fenómenos fisiológicos.

Pelas reproduções que acompanham estas linhas, simples é de verificar o realismo desta arte. Profundo de sentimento plástico como na figura do homem sentado e dormindo sôbre os braços (fig. 8), que lembra certas contorções exageradamente expressionistas da obra de Zadkine, quási intelectual na sua intensidade de cansaço amargurado; e não menos formosa e verdadeira na figura de mulher acocorada no chão com o filho às cavalitas (fig. 7), com uma máscara e talhe de penteado que recorda os egípcios, graciosa na maneira de dobrar as pernas e segurar a criança, com o torso bem modelado e de astuto equilíbrio no seu deslocamento dos rins, são impressionantes e formosos espécimens da arte dos bijagoz. Ainda dêstes mesmos artistas reproduzimos a mulher com o cabaz à cabeça, sôbre o qual se aninha um cão estupendamente modelado (fig. 6), de talhe mais vulgar mas pujante e equilibrada no jôgo de volumes, assim como o homem de chapéu alto e lança na mão (fig. 17), representando um europeu com suas características de construção física, observadas até ao pormenor realista, contrastando na sua rigidez de macho dominador com a figura da negra, carregada com o saco das sementes às costas e o filho nos braços (fig. 16), indumentada com a regional tanga dos banhús de Guim-guim, carinhosa no gesto maternal com que estreita de encontro aos peitos ponteagudos o pequerrucho que envolve em panos.

Êstes escultores sempre foram mais objetivos e visuais do que fantasistas e evocadores de espiritualizadas místicas. A sua inspiração, limita-se à variada fauna que os seus olhos apercebem. São moderados de imaginação, simplistas de técnica, muito próximos da natureza que os deslumbra, e se princípios de arte tivessem, aproximar-se-iam da arte *civilisada,* que quanto mais simples e sintética — o que bem difícil é de realizar — mais poética se torna, mais emociona as almas e mais vibrátil consegue ser à nossa sensibilidade.

Existe o mistério da origem de arte africana — erradamente chamada *negra* — e o da sua migração. Com as depreciações de estilo, de expressão e até de religião, o enigma, por enquanto, não foi resolvido. No Congo há humildade e certa morbidez decadente; no Benim, espírito guerreiro e virilidade epopáica; na costa oriental, exuberância de fantasia e de grotesco; no Camarão, tragédia e violência; a arte de Ioruba, como a de Simbabie, é religiosa, de mitos e de lendas; e só a da Guiné, é *natural e anedótica.*

Ali e no arquipélago de Cabo-Verde, onde, segundo Adolphe Basler, a arte é «le plus libre, plus concret de la forêt», a escultura é lírica, racionalista, embora amaneirada. Livre no jôgo das articulações musculares, aparecem-nos nervosos e robustos os corpos, no seu modelado roliço e bem marcado de massas; nada de anquiloses nos joelhos ou nos braços, que se separam e dobram com franqueza, guardando a estrutura linear africana, mas com doçura nas dimensões e na escolha dos motivos. É ver o grupo dos dois coloniais (fig. 5), ternamente unidos pela amizade, num só bloco de madeira policromada, um tipo de judeu e outro de cristão, os olhos saüdosos, a barbicha assíria e negra, com um tudo nada de humorismo no jeito das pernas e da composição geral; é ver também o barco com os remadores e o homem do leme (fig. 4), todos em movimentos rítmicos e posição de parada, sugerindo reminiscências da arte nipónica, não só na indumentária dos personagens, como na arquitectura de conjunto e no gôsto da piroga com uma cabeça de touro na prôa; e no homem com a grande dorna à cabeça (fig. 22), portador de sementes, vestido à europeia; e no escriba sentado (fig. 21) com seu ar de sábio, onde o realismo moderno os tornou quási ridículos na expressão amargurada de escravos, aguçados de face, que parecem tristes aves. Outro tanto não acontece com a figura de velho ídolo, qual escultor segurando um elemento decorativo (fig. 23), que lembra a concepção de Bourdelle ao retratar Rodin com as Portas do Inferno, nas suas proporções desafinadas, a cabeça longa e estelizada, o pêlo ondulado, e o seu ar de Moisés na decadência.

Nos animais a verdade é vista com a mesma crueza: o hipopótamo (fig. 19), o passaroco de ébano, ensimesmado (fig. 15) e o ídolo dos Felupes de Cacheu, com feitio de touro unicórnio (fig. 20), esculturados em largos cortes de planos, parecem talhados por Matéo Hernandez, à maneira esquemática dos talhadores directos da pedra.

Disse o crítico André Damaison que esta arte foi possivelmente levada para ali pelos navegadores portugueses, através dos objectos trazidos do Oriente e das quimeras das prôas dos seus navios. É possível que alguma influência tenham exercido êstes mareantes aventurosos, no gôsto dêsses povos litorais. Mas que essa arte de cá tenha sido levada, é êrro: primeiro porque todos os povos têm os seus dons instintivos de arte, e os de África tanto ou mais que os outros; depois, se algumas reminiscências têm, são do Egipto, trazidas pelas emigrações árabes, que bateram parte da Costa Ocidental; além disto, pouco espírito das civilisações orientais se topa na Senegâmbia, embora apareça noutras províncias africanas; e acresce ainda que as resoluções técnicas e de composição, são contrárias à nossa arte de velhas eras, em que a singeleza, embora bárbara de aspecto, era profundamente espiritual, o que não se vislumbra na escultura de ali. Se existe um traço que a una à nossa, é apenas a característica visual e retratística, com as proporções de certos pormenores das figuras exageradas. Mas tudo isto é hipotético, e gratuito. Portadores de qualquer segrêdo estético, os nossos velhos

marinheiros seriam fantasiosos, fanáticos, aventureiros pela imaginação, viajados em lugares exuberantes de gôsto e de inèditismo, ambiciosos de domínio e fortuna e peleja, incapazes, portanto, de ensinar ou sugerir simplicidade de doutrinas ou gôsto, aos povos que conquistavam e dominavam pelo terror. Os bijagoz e os restantes imaginários de Bissau, Mitombo ou Cacheu, são assim porque assim nasceram, com êsses dotes de artistas visuais, a quem o sonho não eleva ao de cimo das suas comedidas necessidades físicas. São uma excepção nos povos da costa, que por tôdas as razões, no geral são imaginativos, embora taciturnos, sonhadores fantásticos de adivinhação, violentos, complicados, eróticos e misteriosos.

A não ser nos banquetes e batuques, aonde aparecem bailarinos, diabos de mato, curandeiros, profetas e feiticeiros, com máscaras de monstros paquidérmicos, ou de horripilantes ídolos pagãos, cornudos e brutais de tamanho, como o *Compó* (fig. 1 e 2), entidade de alta consideração entre os mandingas e grumetes de Cacine, raramente se topam nesta região esculturas exóticas que sirvam de papão aos pobres indígenas devotos. A tradição da arte, ali, é calma, íntima e viva. Os quatro grupos que reproduzimos, de sabor antigo e amêno, grupos impressionantes que poderiam ter pertencido a um presépio continental, com vagas lembranças cristãs, provam a sua ingenuidade: — «Um pai chorando a perda de sua filha pedida em casamento», «Apreciando o vinho de palma» (fig. 14 e 11), «Conflito entre duas mulheres» e «Contenda entre os indígenas» (fig. 12 e 13).

Nas artes úteis e ornamentais, a escultura tem o mesmo carácter lírico e doce, alegre e pitoresco, retratando a vida de todos os dias. A dansa de quatro mancebos de mãos dadas em redor do ídolo festivo, vaso de ritos com uma espécie de pantera no alto (fig. 3), de Guinalá, e a vasilha de madeira embutida com figuras em relêvo servindo de cariátides (fig. 18), são bons especimens etnográficos da Guiné portugueza, cuja beleza decorativa contrasta com o ídolo bijagoz *Heremundi*, de peitorais e músculos de atleta, (fig. 10), e com o fétiche de corte cúbico, maneta e cornudo, de focinho simiesco e anguloso (fig. 9) de Mitombo.

Carl Einstein, um culto e respeitável erudito em coisas de arte, afirmou que «l'art africain possède des qualités plastiques, ornementales et picturales justifiant pour lui un rang auprés des arts universels». Ainda bem para que os incrédulos não nos acoimem de senobismo.

Do mistério dos povos congoleses e angolares, assim como dos de Moçambique, nos ocuparemos a seguir. Só na Sociedade de Geografia, de Lisboa, que gentilmente permitiu a fotografia das peças que estampamos, é vasta a documentação que justifica o nosso entusiasmo. Mas há que observar a tempo, não vão os zoilos irritarem-se, que, por enquanto, tudo queda relativo à nossa ignorância quanto às origens da arte africana, e à nossa concepção de observadores com o espírito oposto ao dos negros. Ao âmago do mistério se chegará um dia. Felizmente que a *arte negra* será mais forte que a *moda negra*...

«Je considère l'art africain non sous l'aspect de l'industrie artistique actuelle, non point pour suggérer des nouvelles formes d'art, mais plutôt pour que commencent des recherches d'art historiques dans le domaine plastique et pictural africain.»

CARL EINSTEIN

ARTE COLONIAL

GUINÈ

LEGENDAS

ESCULTURAS DA GUINÉ PORTUGUESA

Fotografias de Mário Novais

Tôdas estas esculturas pertencem à Sociedade de Geografia de Lisboa, excepto as das Fig. 16 e 17, que são da colecção Diogo de Macedo.

3

4

5

9 - 10

11 12 13 14

17

18 - 19

20

21 - 22 - 23